

## **CAPÍTULO VI – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS E BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

### **1 – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**

O Sistema BNDES é constituído pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES - que tem como objetivo financiar, a longo prazo, os empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do País - e por suas duas subsidiárias integrais: a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME - que financia a comercialização de máquinas e equipamentos e administra as operações de financiamento à exportação e a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR - que objetiva fortalecer a estrutura de capital das empresas privadas e desenvolver o mercado de capitais.

O BNDES foi criado como Autarquia Federal, pela Lei n.º 1.628, de 20.06.1952, e transformado em Empresa Pública com o advento da Lei n.º 5.662, de 21.06.1971. O atual Estatuto Social do BNDES, foi aprovado pelo Decreto n.º 104, de 22.04.1991 e alterado pelos Decretos: s/n.º de 15.06.1993; 1.150 de 30.05.1994; 2.253 de 13.06.1997; 2.578 de 5.05.1998; 3.077 de 01.06.1999.

A FINAME foi instituída pelo Decreto n.º 59.170, de 02.09.66 e Art. 69 da Lei n.º 4.728, de 14.06.65, para gerir o Fundo criado pelo Decreto n.º 55.275, de 22.12.64. Posteriormente, com o advento da Lei n.º 5.662, de 21.06.71, foi transformada em empresa pública.

A BNDESPAR foi criada pela Decisão da Diretoria do BNDES, n.º 124/82, de 30/06/82, atendendo Exposição de Motivos n.º 283/82, de 29.06.82, do Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do Ministro Coordenador da Desburocratização e do Ministro da Fazenda, que recomendou a fusão das antigas subsidiárias do BNDES: FIBASE, EMBRAMEC E IBRASA. Em 23.10.97, pela Decisão n.º 302/97, da Diretoria do BNDES, a BNDESPAR foi transformada em empresa aberta.

O Sistema BNDES tem como objetivo a permanente geração de empregos, através da expansão da capacidade produtiva e do aumento da competitividade da economia brasileira, potencializando a participação dos recursos privados no financiamento do investimento.

O apoio aos investimentos sociais, direcionados à educação e saúde, à agricultura familiar, ao saneamento básico e ambiental, bem como ao transporte coletivo de massa, tem resultado na melhoria da competitividade da economia brasileira e na elevação da qualidade de vida da sua população.

Os produtos e serviços do Sistema BNDES atendem às necessidades de investimentos das empresas de qualquer porte e setor. A parceria com instituições financeiras, cujas agências estão estabelecidas nos diversos Municípios do País, permite a disseminação do crédito nos locais em que haja investimento produtivo, possibilitando um maior acesso aos recursos do Sistema BNDES.

#### **Desempenho do Sistema BNDES - 2002**

O crescimento nas operações aprovadas e no desembolso do Banco, ambos da ordem de 50%, expressa um crescimento maior do que o acumulado nos 4 anos anteriores. Esse desempenho, no entanto, não foi generalizado: envolve alguns eventos únicos, como o Programa Emergencial de Energia Elétrica e o FAT Exportação, ambos totalizando R\$ 8 bilhões no exercício.

# DESEMPENHO DO SISTEMA BNDES

ANO	<b>VALOR</b>		<b>VARIACÃO</b>	
	(R\$ BILHÕES CORRENTES)		VAR. PERCENTUAL SOBRE ANO ANTERIOR	
	DESEMBOLSO	APROVAÇÃO	Desembolso	Aprovação
1998	21,302	23,026		
1999	19,975	19,539	-6,2	-15,1
2000	23,393	27,625	17,1	41,4
2001	25,679	27,130	9,8	-1,8
2002	38,153	41,073	48,6	51,4

OBS: Os valores de Desembolso incluem as aplicações no mercado secundário.

## Análise Setorial

O grande crescimento do desembolso reflete algumas de ações específicas do Banco como agente público e o esforço de diversificação de atividades do Banco. O grande destaque foi o financiamento à exportação, que representou mais de 30% do desembolso do Banco em 2002, praticamente dobrando o valor em reais de 2001. Mesmo se considerada a grande desvalorização do Real em 2002, o desempenho foi expressivo: US\$ 3,9 bilhões, com crescimento de 52% em relação a 2001. O financiamento ao setor agropecuário também cresceu de forma considerável, em mais de 50%. Houve crescimento também nos setores de Saúde e Educação, o que sinaliza a atuação social do Banco, e em setores restantes da área de comércio e serviços.

Quanto à infraestrutura, se forem consideradas as duas linhas do Programa Emergencial de Energia Elétrica, houve um significativo crescimento dos desembolsos no setor, próximo aos 75%, correspondendo a um terço dos recursos liberados pelo Banco. Excluído o Programa, no entanto, o quadro foi de uma retração de 7,5%. Essa queda não decorre de um processo homogêneo, mas da violenta retração do nível de investimento no setor de telecomunicações, no qual o Banco aplicou em 2002 apenas um quinto do que desembolsara no ano anterior. Mesmo com a exclusão do programa emergencial, o setor de energia recebeu o dobro dos recursos de 2001. Houve crescimento de 22% nos desembolsos na área de transportes, com ênfase especial em transportes terrestres.

O investimento do Setor Industrial foi quem mais sofreu com as incertezas do ano de 2002. A queda mais expressiva verificou-se no setor de Metalurgia Básica (queda de quase R\$ 700 milhões a menos em 2002, -46% em relação a 2001).

## DESEMBOLSO DO SISTEMA BNDES POR SETOR\*

TOTAL DO SISTEMA	R\$ milhões		
	2002	2001	VARIACÃO
	37.419	25.217	48,4
<b>Agropecuária</b>	4.211	2.754	52,9
<b>Indústria Extrativa</b>	249	395	- 37,1
<b>Indústria de Transformação</b>	6.087	6.942	- 12,3
<b>Comércio e Serviços</b>	9.085	9.111	-0,3
Infra-estrutura**	6.843	7.396	-7,5
Educação e Saúde***	410	325	26,1
Comércio e Serviços	1.832	1.390	31,8
<b>Exportação****</b>	11.789	6.014	96,0
<b>Programa Emergencial de Energia</b>	5.998		
<b>Operações no Mercado Secundário*****</b>	733	462	58,8

\* Foi utilizada a classificação do CNAE com os seguintes destaques:

\*\* Infra-estrutura compõe-se dos setores de: produção e distribuição de eletricidade, gás e água; construção; transporte, armazenagem e comunicações

\*\*\* Compõe-se dos setores de educação, saúde e serviço social

\*\*\*\* Financiamento a exportação (BNDES-Exim)

\*\*\*\*\* Aquisição de ações em Bolsas de Valores (BNDESPAR)

## Análise por Região

Excluídas as atividades de financiamento ao comércio exterior e o Programa Emergencial, a distribuição regional dos desembolsos do Banco em 2002 segue a sinalização traçada pelo corte setorial. As regiões Centro-oeste e Sul tiveram crescimento em seus desembolsos, consistentemente com a importância do setor agrícola nessas regiões. A região Norte apresentou um grande crescimento, verificado quase exclusivamente no Pará, que foi o estado com maior crescimento absoluto de desembolsos do BNDES em 2002: R\$ 634 milhões. A retração na região Nordeste retrata o esgotamento dos investimentos no setor de telecomunicações.

### DESEMBOLSO DO SISTEMA BNDES POR REGIÃO

TOTAL DO SISTEMA	R\$ milhões		
	2002	2001	VARIAÇÃO
	19.632	19.202	2,2
NORTE	1.472	860	71,2
NORDESTE	2.164	3.216	-32,7
SUDESTE	9.522	9.717	-2,0
SUL	4.063	3.706	9,6
CENTRO-OESTE	2.411	1.703	41,5
EXIM	11.789	6.014	96,0
PROGRAMA EMERGENCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA	5.998		
OPERAÇÕES NO MERCADO SECUNDÁRIO*	733	462	58,8

\* Aquisição de ações em Bolsas de Valores (BNDESPAR)

## Análise por Porte de Empresa

Houve um significativo esforço do BNDES em ampliar o número de operações com Micro, Pequenas e Médias empresas no ano de 2002. Foram realizadas quase 118 mil, sendo mais de 112 mil com Micro e Pequenas Empresas. Ainda no âmbito do financiamento à Pequena Empresa, cabe notar que, embora ainda de pequena monta, os financiamentos à exportação quase sextuplicaram. Cabe destacar também que a retração que houve no financiamento à indústria verificou-se basicamente entre as grandes empresas. O financiamento a pequenas e médias empresas manteve-se crescente. Embora exista uma importante componente setorial na explicação desse desempenho (as empresas de telecomunicações, por exemplo, são grandes empresas), há uma clara sinalização de que os programas e iniciativas do Banco visando ampliar sua atuação no financiamento a micro, pequenas e médias empresas (como, por exemplo, o FGPC - Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade) tem demonstrado eficácia no sentido de ampliar a demanda por parte dessas empresas e o interesse dos agentes financeiros em operar essas linhas.

### DESEMBOLSO DO SISTEMA BNDES POR PORTE DE EMPRESA

TOTAL DO SISTEMA	R\$ milhões		
	2002	2001	VARIAÇÃO
	38.153	25.678	48,6
<b>MICRO E PEQUENA EMPRESA*</b>	<b>5.970</b>	<b>4.223</b>	<b>41,4</b>
EXPORTAÇÃO	38	7	480,1
SETOR AGRÍCOLA	3.816	2.516	51,7
OUTROS SETORES	2.115	1.700	24,4
<b>MÉDIA EMPRESA</b>	<b>2.368</b>	<b>1.562</b>	<b>51,5</b>
EXPORTAÇÃO	275	193	42,5
PROG. EMERG. ENERGIA ELÉTRICA	75		
OUTROS	2.018	1.370	47,3
<b>GRANDE EMPRESA</b>	<b>29.082</b>	<b>19.431</b>	<b>49,7</b>
EXPORTAÇÃO	11.476	5.815	97,4
PROG. EMERG. ENERGIA ELÉTRICA	5.923		
OUTROS	11.683	13.671	-14,2
<b>OPERAÇÕES NO MERCADO SECUNDÁRIO**</b>	<b>733</b>	<b>462</b>	<b>58,8</b>

\* Micro e Pequenas empresas, pessoas físicas e propriedades rurais

## O BNDES no PPA (Plano Plurianual de Ação 2000-2003)

Vários programas/linhas de empréstimos do BNDES estão inseridos entre as ações do PPA. A de maior vulto financeiro entre elas é o BNDES-Exim, as linhas de financiamento do BNDES e da FINAME para a exportação, cujo volume em 2002 atingiu R\$ 11,8 bilhões. Para esse desempenho, contribuiu significativamente a criação em fins de 2002 do FAT Exportação, linha extraordinária de recursos do FAT para financiamento à produção de bens para exportação, no montante de R\$ 2 bilhões.

O Setor Agrícola é o que envolve maior número de pessoas e/ou empresas beneficiadas pelas Ações do BNDES. Dentre esses programas, em 2002, tem-se:

O PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, com desembolsos R\$ 138 milhões em 2002;

O Pró-Solo, programa de Incentivo ao Uso de Corretivos do Solo, no qual foram desembolsados R\$ 94 milhões em 2002. Em condições semelhantes ao Pró-Solo, há o Pró-Pasto (Programa de Recuperação de Pastagens Degradadas), um programa iniciado na segunda metade de 2000, no qual foram desembolsados R\$ 284 milhões em 2002; e

As operações de crédito rural através da linha FINAME Agrícola, R\$ 3,0 bilhões de reais desembolsados em 2002, um crescimento de 63% em relação a 2001. Nesse âmbito estão os R\$ 2,0 bilhões de reais desembolsados no MODERFROTA - programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados.

Outra iniciativa importante no âmbito do PPA é o Programa de Apoio a Investimentos em Petróleo e Gás (Progap), criado em junho de 1999, cujos objetivos básicos são aumento da oferta de petróleo e gás e a maximização do fornecimento de bens e serviços ao setor por parte das indústrias instaladas no País. Foram desembolsados em 2002 R\$ 465 milhões, pouco mais que o volume acumulado de desembolsos dos três anos anteriores.

Mantendo a retomada de investimentos no setor naval (FMM), as operações diretas de Financiamento à Marinha Mercante e a Construção Naval atingiram R\$ 250 milhões em 2002, um crescimento de 45% em relação ao desempenho de 2001.

O Programa de Modernização de Administração Tributária Municipal, iniciado em 1998, teve um desempenho notável em 2002. Foram desembolsados R\$ 84 milhões, um valor maior que os desembolsos nominais dos quatro anos anteriores somados.

Por fim, o Banco tem tomado várias iniciativas no sentido de aumentar seus financiamentos para as micro, pequenas e médias empresas, inserindo-se no Programa Brasil Empreendedor. Os desembolsos do BNDES para essas empresas atingiram R\$ 8,3 bilhões, em mais de 117 mil operações de crédito. Essas iniciativas vão desde o apoio a modernização e ampliação de empreendimentos até ao apoio a exportação, passando por iniciativas como o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC).

R\$ milhões / milhares de operações						
	2000		2001		2002	
	VALOR	Nº	VALOR	Nº	Valor	Nº
EXPORTAÇÃO	6733,0	1,0	6.014,1	0,7	11.789,4	1,0
PRONAF	179,9	37,2	266,5	64,0	137,6	27,7
PROSOLO	81,4	5,1	53,9	2,9	94,4	3,3
PROPASTO	27,7	0,9	154,1	4,0	284,3	5,3
AGRÍCOLA (FINAME)	1.359,7	37,4	1.848,1	43,9	3.009,5	54,5
PROGAP	48,1	0,002	190,3	0,015	465,2	0,038
FMM	112,6	0,101	172,4	0,047	250,3	0,055
PMAT	23,5	0,012	23,6	0,020	84,2	0,054
MPME*	4.405,6	98,1	5.785,1	136,8	8.337,3	117,6
FGPC**	503,0	3,3	696,4	4,3	885,1	4,1

\* Micro, Pequenas e Médias empresas, pessoas físicas e propriedades rurais

\*\* Os valores referem-se a operações contratadas e não a desembolso.

Com o intuito de permitir a comparação dos dados do exercício de 2002, referente ao impacto fiscal das atividades do BNDES em 2001, buscou-se manter a estrutura de apresentação utilizada naquela oportunidade e, também, seguir os mesmos preceitos então empregados, sintetizados a seguir.

Primeiro, como o demonstrativo integra a prestação de contas da União, a exemplo desta, tem dados contábeis como fonte primária de informação e, assim, todos os valores especificados adiante na avaliação das atividades do Sistema BNDES no exercício de 2002 foram extraídos da contabilidade do Banco.

Segundo, a idéia de impacto fiscal das agências oficiais de fomento pressupõe que, para esse efeito, elas não façam parte do setor público, conforme procedimento observado nas diferentes metodologias para mensuração das contas públicas, adotado pelo País e recomendado por organismos internacionais, como a ONU, o FMI e a OCDE. De fato, as instituições financeiras estatais são excluídas do universo compreendido pelo setor público e tratadas como se fossem parte do setor privado. Assim, a avaliação identificou todas as transações consideradas de natureza fiscal realizadas em 2002 entre o BNDES e o setor público não-financeiro brasileiro, incluindo receitas, despesas ou posições patrimoniais, não apenas em relação ao controlador do BNDES - o Tesouro Nacional - , como também:

Todos os demais entes que integram a administração federal autárquica, fundacional, fundos e mesmo empresas estatais não-financeiras; e

O mesmo universo institucional das administrações públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Terceiro, considerou-se as transações tipicamente fiscais, que afetam diretamente o resultado da administração pública, especialmente as que envolvem fluxos registrados nos orçamentos. Assim, identificou-se as transações do BNDES que: a) gerem receitas para o setor público, como o recolhimento de tributos, juros, lucros e dividendos e mesmo a concessão de empréstimos e financiamentos a governos; e, b) compreendam a realização de despesas pelas administrações públicas, como a concessão de empréstimos do Tesouro ao BNDES, as subscrições para aumento de seu capital e o próprio serviço da dívida assumida anteriormente por entes estatais junto ao Banco.

Pela ótica da apuração da dívida líquida do setor público e mensuração do resultado de um período a partir da variação desse saldo devedor (apuração “abaixo da linha”), identificou-se as posições patrimoniais e suas alterações anuais, ou seja: a) no ativo, o saldo credor do BNDES junto às entidades das administrações públicas federal, estadual e municipal (como o saldo credor decorrente de financiamentos concedidos ou da aquisição de debêntures e outros títulos); e, b) no passivo, o montante da dívida do BNDES junto às mesmas entidades (por exemplo, relativa a recursos captados pelo Banco junto a fundos federais).

As aplicações das disponibilidades de caixa do Sistema BNDES em títulos públicos federais não são tratadas como tendo impacto fiscal direto, pois são operações eminentemente financeiras de preservação da liquidez da instituição a curto prazo.

Reiteramos o registro constante nas avaliações relativas a 2000 e 2001 de que outras atividades do BNDES que não envolvem transações financeiras diretas com as administrações têm um impacto fiscal indireto, como nos casos da atuação do Banco como principal agente executor da política nacional de desestatização, no apoio à implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, na administração de fundos federais e mesmo na realização de operações no mercado de capitais, atividades que, em última instância, contribuem para a melhoria das contas públicas.

Seguindo aqueles preceitos, foram extraídos dados da contabilidade do BNDES que implicam em um impacto objetivo e direto sobre os resultados das administrações públicas brasileiras.

O levantamento compreende as maiores transações, não incluindo possivelmente algumas operações de pequeno valor, como, por exemplo, no caso dos tributos, o pagamento dos impostos sobre propriedades, das taxas pela prestação de serviços (coleta de lixo, incêndio...) ou de impostos sobre eventuais transmissões imobiliárias.

São apresentados em primeiro lugar os montantes dos fluxos (transações “acima da linha”), e, depois, comentadas as variações dos estoques patrimoniais (apuração “abaixo da linha”).

Considerando as receitas arrecadadas pelas administrações públicas, o Tesouro Nacional recebeu, naturalmente, os maiores pagamentos realizados pelo Sistema BNDES no exercício de 2002, sendo cerca de R\$ 1.525 milhões em receitas tributárias, considerados os recolhimentos de seu imposto de renda (IRPJ) e das contribuições sobre receitas (COFINS e PASEP) e lucro (CSLL). A título de dividendos e juros sobre o capital próprio, ingressaram efetivamente nos cofres do Tesouro R\$ 813 milhões. Assim, apenas nestas duas categorias, o BNDES respondeu pelo aporte de R\$ 2.338 milhões no caixa do Tesouro Nacional em 2002. O aumento em relação ao ano de 2001 foi muito expressivo, cerca de 80 % ( R\$1.300 milhões em 2001).

Ainda quanto aos recolhimentos tributários, o Sistema BNDES aportou ao INSS mais de R\$ 46 milhões como contribuições dos empregadores sobre a folha salarial. Não foram consideradas as contribuições previdenciárias descontadas dos funcionários, assim como o IR também retido na fonte da folha salarial. Em favor do nível municipal de governo, o recolhimento foi de R\$ 790 mil referente ao imposto sobre serviços (ISS).

No cômputo global, o BNDES respondeu diretamente pelo pagamento de mais de R\$ 2.386 milhões às administrações públicas diretas brasileiras, como receitas tributárias e patrimoniais.

As transações financeiras do BNDES envolvendo fundos federais, cujos fluxos são computados como “abaixo da linha” nas apurações dos resultados fiscais, continuam sendo muito expressivas.

Com relação ao FAT, a movimentação financeira no exercício de 2002 envolveu, por um lado, o pagamento pelo BNDES ao FAT de um montante próximo a R\$ 4 bilhões, e, por outro, o recebimento de cerca de R\$ 7,7 bilhões.

Conforme já salientado nas avaliações relativas aos exercícios de 2000 e 2001, os recursos aportados pelo FAT ao BNDES representam a concessão de créditos e são escriturados como inversões financeiras. Não constituem, portanto, uma despesa fiscal tradicional, a fundo perdido. Isso significa que todo e qualquer recurso repassado pelo FAT ao Banco constitui um crédito do governo federal e, como tal, esse aporte tem um impacto superavitário sobre as contas públicas. Como parcela substancial desses recursos não é aplicada pelo BNDES em empréstimos ou financiamentos a outros governos ou entes do setor público, o crédito do FAT, por seu volume expressivo, tem um impacto direto e positivo em termos de geração de superávit para todo o setor público brasileiro.

Quanto aos outros fundos federais administrados pelo BNDES: o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND aportou ao BNDES um montante de R\$ 741 milhões, contra pagamentos realizados pelo banco de R\$ 560 milhões; o Fundo da Marinha Mercante – FMM transferiu R\$ 501 milhões para o BNDES e dele recebeu cerca de R\$ 470 milhões (sendo que R\$176 milhões referem-se a disponibilidades devolvidas); e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC aportou cerca de R\$162 milhões, contra R\$ 34 milhões recebidos do banco.

Se todos os créditos do FAT, FND e FMM contra o BNDES forem computados como redutores da dívida líquida federal e do consolidado do setor público, conclui-se que o montante de recursos que emprestaram ao BNDES em 2002, na casa de R\$ 9,1 bilhões, significou uma expressiva contribuição para a redução da dívida pública líquida e para a geração de superávits nas contas estatais.

Quanto ao PIS-PASEP, um fundo de natureza social, pertencente à coletividade dos trabalhadores brasileiros, embora seu capital não pertença à União (e, como tal, não integre o orçamento federal), cumpre registrar que, no exercício de 2002, os pagamentos do BNDES para o referido fundo foram de cerca de R\$ 1,1 bilhão, aproximadamente 25 % dos pagamentos efetuados ao FAT.

Em termos de balanço de ações sociais, os pagamentos efetuados pelo BNDES ao FAT e ao PIS/PASEP, somando mais de R\$ 5,1 bilhões, constituíram importante fonte para o financiamento das ações daqueles fundos, na concessão de benefícios diretos aos trabalhadores, na forma de seguro-desemprego, abono salarial e saque de cotas, e através dos programas de treinamento de mão-de-obra.

Finalmente, com respeito aos empréstimos e financiamentos concedidos pelo BNDES ao setor público não-financeiro, o balanço de operações revela uma elevação da dívida pública contraída junto ao BNDES, a qual expressa um maior apoio do Banco tanto a iniciativas de modernização da gestão pública, via financiamento de prefeituras, como empréstimos a projetos de infra-estrutura a cargo da Administração Pública. Essa elevação de dívida pública tem, evidentemente, efeito sobre a geração de déficit, mas, em relação ao conjunto de credores da instituição, representa parcela relativamente pequena.

No exercício de 2002, o BNDES liberou um montante de R\$ 1.534 milhões em favor das administrações públicas e recebeu como amortizações de seus créditos R\$ 629 milhões. Os fluxos contábeis registram, ainda, um aumento do saldo credor da ordem de R\$ 205 milhões nesse exercício, decorrente de atualização monetária e capitalização de juros. Em termos de estoque, elevou-se a dívida da administração pública junto ao BNDES de um saldo devedor contábil de cerca de R\$ 3.892 milhões em 31.12.2001 para R\$ 5.002 milhões ao final de 2002.

Conclui-se com a avaliação de que as atividades do BNDES no exercício financeiro de 2002 tiveram um impacto fiscal significativamente favorável (e maior que o de 2001). Diretamente, o efeito líquido de suas transações fiscais é amplamente superavitário, como consequência da geração de receitas públicas e da absorção de créditos que reduzem a dívida federal, superando significativamente o fato de ter havido ampliação dos empréstimos e financiamentos do banco para o setor público. Constata-se que os recursos aportados pelo FAT ao BNDES, na casa de R\$ 7,7 bilhões, durante o exercício de 2002 tiveram um efeito direto de redução da dívida bruta do Tesouro Nacional e, por conseguinte, geração de superávit no mesmo montante. Se forem computados também os créditos dos outros fundos e o recolhimento dos tributos e dos juros e dividendos ao Tesouro, e descontada a elevação da dívida do setor público não-financeiro, o efeito superavitário das transações do BNDES em 2002 montou a mais de R\$ 10,4 bilhões, ou, cerca de 0,8 % do PIB.

Conforme mencionado em avaliações anteriores, relativas a 2000 e 2001, a contribuição do BNDES para a disciplina fiscal no Brasil não tem se limitado ao impacto de suas operações financeiras, mas inclui sua ação como órgão de apoio a iniciativas como a modernização da administração pública por intermédio do programa PMAT, a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, com foco no âmbito municipal, dentre outras, por entender que a disciplina fiscal é uma pré-condição para o cumprimento da missão estratégica do BNDES dentro do governo federal, qual seja, a retomada sustentada do desenvolvimento econômico e social do País.

#### TRANSAÇÕES DO BNDES COM OS TESOuros PÚBLICOS / 2002

PRINCIPAIS PAGAMENTOS (*)	R\$ MIL
AO TESOURO NACIONAL (IMPOSTOS E CONTRIB.)	1.525.562,8
IMPOSTO DE RENDA	888.266,5
CONTRIBUIÇÃO S/ LUCRO	369.553,5
PASEP	47.680,2
COFINS	220.062,6
AO TN (DIVIDENDOS E JUROS S / CAPITAL PRÓPRIO)	813.362,3
À PREVIDÊNCIA SOCIAL (CONTRIB. PATRON. INSS)	46.517,0
AO TESOURO MUNICIPAL (RJ) – ISS	789,8
TOTAL RECOLHIDO ÀS ADM. DIRETAS	2.386.231,9

Fonte: Gerência de Contabilidade – GECONT/GCON3, GCON2 e AA/GEHRU/GEPAG/COPAG2

(\*) Não foram computados os recolhimentos de taxas e outros impostos de pequeno valor

#### TRANSAÇÕES DO BNDES COM FUNDOS FEDERAIS / 2002

FUNDOS	R\$ Mil		
	RECEB.	PAG.	LÍQUIDO
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT	7.724.167,0	4.008.853,0	3.715.313,0
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – FND	741.414,8	559.931,5	181.483,3
FUNDO DA MARINHA MERCANTE – FMM (**)	501.092,5	469.963,9	31.128,6
FUNDO GARANTIA P/ PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE – FGPC	162.573,4	34.386,3	128.187,1
FUNDO PIS/PASEP (*)	NIHIL	1.188.385,0	(1.188.385,00)

(\*) Fundo que não integra o orçamento federal

(\*\*) Somente receitas e despesas administradas pelo BNDES

O item pagamento (FMM) inclui disponibilidades devolvidas no valor de R\$ 176.450,3 mil.

O item recebimentos (FMM) inclui disponibilidades recebida para aplicação no valor de R\$ 327.276,3 mil.

Fonte: Gerência de Contabilidade – GECONT/GCON2

#### OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO BNDES COM O SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO / 2002

	R\$ Mil
<b>OPERAÇÕES REGISTRADAS NO CADIP</b>	
SALDO DEVEDOR EM 31.12.2001*	3.892.382,0
(+) LIBERAÇÕES EM 2002	1.534.931,4
(+) ATUALIZ. MONET. E CAPITALIZAÇÃO JUROS	205.004,8
(-) AMORTIZAÇÕES EM 2002	629.839,2
SALDO DEVEDOR EM 31.12. 2002 **	5.002.479,0

Fonte: GF/ GEFIN

\* O saldo de dez/2001 foi ajustado de R\$ 3.251.438.596,00 para R\$ 3.892.382.034,50, em decorrência da operação de debêntures da Petrobrás, contrato 98.2.037.31, no valor de R\$ 640.943.438,50, a qual não era considerada como "operação CADIP".

\*\* Não estão incluídas as operações de repasse de bancos estaduais, as quais foram assumidas pelos seus respectivos estados (Pará, Rio Grande do Sul, Sergipe, Santa Catarina e Rio Grande do Norte), e cujo saldo total em dez/2002 era de R\$ 88.981.032,59.

## 2 - BANCO DO BRASIL S.A. - BB

### Fundação Banco do Brasil

#### Prevenção, Controle e Assistência Oncológica

Ação: Apoio à Oncologia Pediátrica – Programa Criança é Vida

Órgão Gestor – Ministério da Saúde

- Ações desenvolvidas: inauguração de projetos de aparelhamento de 03 Centros de Referência de Diagnóstico Laboratorial de Câncer Pediátrico, nos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo; inauguração dos projetos de melhoria da estrutura de atendimento de 04 Centros de Tratamento em Câncer Infantil localizados nos Estados do Espírito Santo, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe; realização de 03 eventos de capacitação: o primeiro, realizado em São Paulo, dirigido a 150 onco-hematologistas pediátricos para discussão dos protocolos médicos investigativos, realizado em São Paulo, o segundo, realizado em Brasília, dirigido a 34 profissionais responsáveis pelo diagnóstico do câncer infantil nos laboratórios de anatomia patológica, biologia molecular, imunofenotipagem e citogenética dos 08 Centros de Referência de Diagnóstico Laboratorial, visando a uniformização dos diagnósticos e o terceiro, realizado em Belo Horizonte, dirigido a 706 onco-pediatras, com o objetivo de promover a reciclagem e aperfeiçoamento profissional.
- Resultados alcançados: criação de novos grupos de protocolos cooperativos na área do câncer infantil, propiciando o desenvolvimento de novos procedimentos médicos com maiores chances de cura e maior qualidade de vida aos pacientes; consenso e início dos trabalhos para padronização das rotinas laboratoriais no diagnóstico do câncer infantil, desde a coleta do material até o envio dos resultados; nos Centro de Referência no Diagnóstico Laboratorial de Câncer Pediátrico e nos Centros de Tratamento, cujos projetos de aparelhamento e melhoria da estrutura de atendimento foram concluídos e inaugurado em 2002, permitiram que um total de 9.138 pacientes com câncer (entre crianças e adolescentes) contassem com uma estrutura mais adequada para o diagnóstico precoce e preciso e o tratamento multidisciplinar da doença, elevando assim as chances de cura.
- Benefícios auferidos pela sociedade: melhores condições para a realização do diagnóstico precoce e correto do câncer infantil, elevando as chances de cura da doença através do aparelhamento dos Centros de Referência de Diagnóstico Laboratorial; melhoria da qualidade dos serviços prestados na área de onco-pediatria dos hospitais públicos e filantrópicos que atuam como Centros de Tratamento e que já concluíram os seus projetos de reaparelhamento e ampliação da estrutura de atendimento; reciclagem e atualização dos especialistas da área de oncologia pediátrica.
- Outras Informações: a aplicação a maior de recursos em relação ao valor projetado para 2002 deveu-se ao fato de que contratações de projetos deferidos em 2001 terem sido efetivadas somente em 2002.

Recursos Financeiros utilizados na Ação:



	R\$
Recursos Previstos	2.500.000,00
Recursos Realizados	3.737.000,00
Variação Percentual	49,48

Fonte dos Recursos Realizados – Acumulado Mensal
--

Fundação Banco do Brasil			
Janeiro	950.000,00	Julho	3.449.000,00
Fevereiro	1.136.000,00	Agosto	3.490.000,00
Março	1.720.000,00	Setembro	3.687.000,00
Abril	1.720.000,00	Outubro	3.687.000,00
Maior	2.065.000,00	Novembro	3.687.000,00
Junho	2.197.000,00	Dezembro	3.737.000,00

Quantidade de Produtos Obtidos na Ação:

Quantidade Prevista	52.000
Quantidade Realizada	52.000
Variação Percentual	0

Quantidade Realizada - Acumulado Mensal			
Janeiro	4.334	Julho	30.335
Fevereiro	8.668	Agosto	34.668
Março	13.002	Setembro	39.001
Abril	17.336	Outubro	43.334
Maior	21.669	Novembro	47.667
Junho	26.002	Dezembro	52.000

## Diretoria Comercial

### Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar

Ação: Financiamento a Hospitais Sem Fins Lucrativos, Prestadores de Serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS

Órgão Gestor - Ministério da Saúde

- Ações desenvolvidas: a concessão de financiamento ao amparo da linha de crédito Pró-Saúde contribui para a execução das ações do Governo Federal contemplados no Programa de Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar, na medida em que viabiliza, através dos recursos emprestados, a implementação de ações de melhoria da qualidade do atendimento e ampliação dos serviços oferecidos a pacientes atendidos por meio de entidades conveniadas com o SUS.
- Resultados alcançados: os financiamentos concedidos através da linha de crédito Pró-Saúde, inserida no bojo da Ação 9018 - "Financiamento a Hospitais Sem Fins Lucrativos, Prestadores de Serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS" têm, invariavelmente, cumprido e até mesmo superado as metas propostas para o conjunto de ações desenvolvidas; e, no ano de 2002, foi estabelecido como meta no Plano Plurianual a contratação de 46 operações e volume de recursos emprestados no valor de R\$ 5.444 mil. O somatório das contratações efetuadas mês a mês no ano de 2002 totalizou 227 operações e o montante de recursos liberados de R\$ 49.869 mil, conforme quantificado na planilha anexa, o que, em termos de valores, ocorreu a superação do resultado almejado em 816,04%.
- Benefícios auferidos pela sociedade: o financiamento para entidades civis sem fins lucrativos conveniadas com o SUS, além de viabilizar a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à sociedade, permite ainda a recuperação e modernização de instalações, aquisição de equipamentos hospitalares, agregação de novas tecnologias, o acesso aos serviços de saúde às camadas mais pobres, a realização de procedimentos ambulatoriais de alto custo, por meio de convênio, a exemplo do atendimento a pacientes em procedimentos pós-operatórios; desenvolvimento de pesquisas na área da saúde, dentre outros.
- Outras Informações:

Recursos Financeiros utilizados na Ação:

	R\$
Recursos Previstos	5.444.000,00
Recursos Realizados	46.869.000,00
Variação Percentual	760,93

Fonte dos Recursos Realizados – Acumulado Mensal
--

Banco do Brasil			
Janeiro	3.481.000,00	Julho	10.185.000,00
Fevereiro	4.000.000,00	Agosto	13.617.000,00
Março	4.255.000,00	Setembro	14.094.000,00
Abril	5.586.000,00	Outubro	15.711.000,00
Maio	7.527.000,00	Novembro	18.114.000,00
Junho	8.129.000,00	Dezembro	23.476.000,00

Demais Fontes (Recursos do PASEP)			
Janeiro	3.089.000,00	Julho	11.323.000,00
Fevereiro	3.808.000,00	Agosto	14.867.000,00
Março	4.149.000,00	Setembro	15.428.000,00
Abril	6.420.000,00	Outubro	17.706.000,00
Maio	8.081.000,00	Novembro	20.455.000,00
Junho	8.669.000,00	Dezembro	26.393.000,00

Quantidade de Contratações (volume físico) da Ação:

Quantidade Prevista	46
Quantidade Realizada	227
Variação Percentual	393,48

Quantidade Realizada - Acumulado Mensal			
Janeiro	18	Julho	117
Fevereiro	33	Agosto	135
Março	47	Setembro	149
Abril	62	Outubro	164
Maio	83	Novembro	191
Junho	97	Dezembro	227

## Diretoria de Agronegócios

### Educação Ambiental

Ação: Educação do Produtor Rural para a utilização de práticas conservacionistas (BB- Agenda Verde)

Órgão Gestor – Ministério do Meio Ambiente

- Ações desenvolvidas: distribuição das agendas a produtores rurais e a entidades ligadas ao segmento, por intermédio das Superintendências Estaduais.
- Resultados alcançados: distribuição de 9.500 agendas.
- Benefícios auferidos pela sociedade: divulgação de informações e de entidades importantes, relativamente às práticas conservacionistas, junto a agentes do agronegócio cuja atuação interfere de maneira muito direta na questão ambiental.
- Outras Informações:

Recursos Financeiros utilizados na Ação:

	R\$
Recursos Previstos	213.000,00

Recursos Realizados	255.000,00
Variação Percentual	19,72
Fonte dos Recursos Realizados – Acumulado Mensal	

Banco do Brasil			
Janeiro		Julho	
Fevereiro		Agosto	
Março		Setembro	76.500,00
Abril		Outubro	76.500,00
Maio		Novembro	255.000,00
Junho		Dezembro	255.000,00

Quantidade de Produtos Obtidos na Ação:

Produtor Atendido	Unidade
Quantidade Prevista	19.340
Quantidade Realizada	10.000
Variação Percentual	-48,29

Quantidade Realizada – Acumulado Mensal			
Janeiro		Julho	
Fevereiro		Agosto	
Março		Setembro	
Abril		Outubro	
Maio		Novembro	
Junho		Dezembro	10.000

## Diretoria de Varejo

### Geração de Emprego e Renda

Ação: Concessão de crédito a Micro e Pequenos Empreendedores Urbanos

Órgão Gestor – Ministério do Trabalho e Emprego

- Ações desenvolvidas: para solucionar uma das maiores dificuldades da micro e pequena empresa na obtenção de financiamento para investimentos – a constituição de garantias –, o Banco mantém parcerias, no sentido de disponibilizar garantia complementar, através do: FUNPROGER – Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda, instituído pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT; FAMPE – Fundo de Aval às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.
- Resultados alcançados: foi injetado na economia do país o montante de R\$ 197,3 milhões por intermédio da contratação de cerca de 10 mil operações de crédito.
- Benefícios auferidos pela sociedade: com o PROGER Urbano Empresarial as micro e pequenas empresas podem garantir a competitividade e a ampliação da capacidade produtiva. Podem ser realizados financiamentos de projetos voltados para a modernização da gestão da pequena empresa, com aquisição de equipamentos de informática, racionalização e a otimização do uso de energia, aquisição de veículos, máquinas e equipamentos, reforma ou implantação do empreendimento, além de outros investimentos.
- Outras Informações:

Recursos Financeiros utilizados na Ação:

R\$

Recursos Previstos	272.308.000,00
Recursos Realizados	197.337.587,00
Variação Percentual	-27,53

Fonte dos Recursos Realizados – Acumulado Mensal
--

Demais Fontes (FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador)			
Janeiro	15.096.882,00	Julho	106.306.459,00
Fevereiro	26.857.771,00	Agosto	122.996.315,00
Março	41.248.986,00	Setembro	140.046.056,00
Abril	58.375.783,00	Outubro	158.617.466,00
Maiο	74.555.691,00	Novembro	176.366.708,00
Junho	88.976.961,00	Dezembro	197.337.587,00

Quantidade de Produtos Obtidos na Ação:			
Quantidade Prevista			13.987
Quantidade Realizada			9.944
Variação Percentual			-28,91
Quantidade Realizada			
Janeiro	764	Julho	5.323
Fevereiro	1.351	Agosto	6.166
Março	2.062	Setembro	7.028
Abril	2.896	Outubro	8.009
Maiο	3.718	Novembro	8.930
Junho	4.438	Dezembro	9.944

## Diretoria de Agronegócios

### Geração de Emprego e Renda

Ação: Concessão de crédito a mini e pequenos produtores rurais – PROGER RURAL

Órgão Gestor – Ministério do Trabalho e Emprego

- Ações desenvolvidas: contratação de volume expressivo de operações de custeio do Proger Rural na modalidade de crédito rotativo (BB Rural Rápido) que, além de simplificar e agilizar o processo de contratação no âmbito das agências operadoras, garante uma série de vantagens aos produtores beneficiários desta modalidade de crédito, que funciona de forma semelhante a um limite de cheque especial, permitindo utilização, amortização e reutilização dos recursos no decorrer do período de vigência do financiamento e, ainda, a renovação automática da operação; parcerias realizadas com governos estaduais e municipais, agroindústrias, empresas de assistência técnica públicas e cooperativas contribuíram para uma maior divulgação do Proger Rural e, conseqüentemente, para o atendimento de volume mais expressivo de produtores com os créditos do Programa.
- Resultados alcançados: elevação do volume de recursos aplicados e de contratos formalizados, comparativamente ao ano de 2001; simplificação e agilização do processo de concessão dos financiamentos.
- Benefícios auferidos pela sociedade: maior abrangência do Proger Rural e conseqüente melhor alcance dos objetivos auferidos pelo Governo Federal; atendimento tempestivo e ágil ao público-alvo do Programa, com recursos de custeio e de investimento necessários ao desenvolvimento de suas atividades.
- Outras Informações: com essas e outras ações, o Banco do Brasil manteve a sua posição de maior agente financeiro aplicador dos recursos do Proger Rural, desde a criação do Programa, em 1995; o volume de recursos aplicados não atingiu o montante previsto inicialmente para o período (PPA-BGU), em especial, pelos seguintes motivos: a disponibilidade de créditos para aplicação no Programa é limitada ao volume de recursos autorizados pelo Ministério da Fazenda, por meio de Portarias de Equalização de Encargos Financeiros; grande parte dos

produtores passíveis de atendimento pelo Proger Rural também são enquadráveis no Pronaf e preferem recorrer às linhas de crédito de custeio e investimento deste, que possuem encargos financeiros mais favoráveis/reduzidos; prioridade dada ao Pronaf, pelos órgãos governamentais, em detrimento do Proger Rural.

Recursos Financeiros utilizados na Ação:

Recursos Financeiros Arrecadados na Pique:				R\$
Recursos Previstos				771.750.000,00
Recursos Realizados				607.992.041,00
Variação Percentual				-21,24
Fonte dos Recursos Realizados – Acumulado Mensal				
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador				
Janeiro	15.057.963,00	Julho		145.030.407,00
Fevereiro	25.439.430,00	Agosto		199.637.811,00
Março	40.284.405,00	Setembro		314.918.671,00
Abril	62.601.294,00	Outubro		452.176.438,00
Maio	91.620.396,00	Novembro		559.494.264,00
Junho	138.562.049,00	Dezembro		607.992.041,00

Quantidade de Produtos Obtidos na Ação:

Contratos Formalizados		Unidade
Quantidade Prevista		57.142
Quantidade Realizada		69.692
Variação Percentual		21,96

Quantidade Realizada – Acumulado Mensal			
Janeiro	1.627	Julho	14.528
Fevereiro	2.757	Agosto	21.362
Março	4.335	Setembro	36.081
Abril	6.301	Outubro	52.312
Maio	9.393	Novembro	64.687
Junho	13.810	Dezembro	69.692

## Diretoria de Marketing e Comunicação

### Produção e Difusão Cultural

Ação: Financiamento a Produção Cultural

Órgão Gestor – Ministério Da Cultura

- a) Ações desenvolvidas: o CCBB, ao longo do ano de 2002, disponibilizou 89 eventos divididos em 6 categorias, conforme abaixo descritas, para um público de 1.750.000, além de garantir a conservação e atualização de sua Biblioteca, de seu Arquivo Histórico e de seu Acervo Numismático e Museu:

Categoria	Eventos Realizados
1 – Artes Plásticas	11
2 – Cinema e Vídeo	44
3 – Música	15
4 – Teatro e Dança	07
5 – Cursos e Palestras	09
6 – Programa Educativo	03

- b) Resultados alcançados: o CCBB, através de sua atuação, tem colaborado com a difusão da produção cultural no país, em especial no Rio de Janeiro, onde tem inspirado o surgimento de diversos outros espaços culturais, além de ser um dos responsáveis pela revitalização do espaço denominado Corredor Cultural, em seu entorno.

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: a qualidade e a facilidade de acesso aos eventos promovidos pelo CCBB, criaram um público fiel, atingindo todas as idades e classes. É constante a presença de escolas públicas e privadas no CCBB participando das atividades desenvolvidas pelo Programa Educativo. A Biblioteca é roteiro obrigatório de estudantes dos diversos níveis de ensino e de pesquisadores, além de propiciar oportunidades de lazer e aprimoramento cultural não só para o público adulto como também para o infanto-juvenil, que conta com espaço próprio de leitura e com uma sala de multimídia. O CCBB recebe pessoas de todos os bairros da cidade e também de turistas. As visitas guiadas, os cursos, palestras e seminários oferecidos a comunidade, as oficinas do Programa Educativo, os convênios e intercâmbios com universidades, consulados e outras instituições culturais também contribuem para a formação de platéias e para o fortalecimento da cidadania, ampliando as oportunidades educativas disponíveis para a população carioca.

- d) Outras informações:

Recursos Financeiros utilizados na Ação:

	R\$
Recursos Previstos	8.791.848,74
Recursos Realizados	8.790.013,77
Variação Percentual	-0,02
Fonte dos Recursos Realizados – Acumulado Mensal	

Banco do Brasil			
Janeiro	1.234.849,74	Julho	6.538.755,08
Fevereiro	1.813.807,52	Agosto	7.203.195,19
Março	2.838.753,48	Setembro	7.810.351,98
Abril	3.634.262,70	Outubro	8.358.592,48
Maior	4.489.972,22	Novembro	8.507.673,77
Junho	5.487.732,92	Dezembro	8.790.013,77

Quantidade de Produtos Obtidos na Ação:

Quantidade Prevista	52
Quantidade Realizada	89
Variação Percentual	71,15

Quantidade Realizada - Acumulado Mensal			
Janeiro	14	Julho	60
Fevereiro	22	Agosto	66
Março	28	Setembro	71
Abril	36	Outubro	73
Maior	48	Novembro	80
Junho	52	Dezembro	89

## Fundação Banco do Brasil

### Produção e Difusão Cultural

Ação: Difusão da Cultura Brasileira - Projeto Memória

Órgão Gestor – Ministério da Cultura

- a) Ações desenvolvidas: em 2002, o Projeto Memória homenageou o Presidente Juscelino Kubitschek. Em contribuição às comemorações oficiais do centenário de nascimento de JK, foram desenvolvidas as seguintes ações: edição de 200 mil cartilhas e 6 mil livros fotobiográficos; produção de um videodocumentário com 6 mil cópias VHS; produção de kits expositivos que percorreram mais de 300 municípios; e implantação de um web-site na Internet. Todo esse material foi destinado às escolas e bibliotecas públicas de municípios atendidos por programas e projetos da Fundação Banco do Brasil.

- b) Resultados alcançados: o número de visitantes às exposições foi de aproximadamente 1.500.000 pessoas. Os livros e vídeos foram destinados a 28 Bibliotecas Públicas Centralizadoras em todo o país, que reencaminharam às outras Bibliotecas Públicas Estaduais. Mais de 300 municípios receberam as cartilhas.
- c) Benefícios auferidos pela sociedade: a exposição itinerante, a edição de livro fotobiográfico, videodocumentário e a criação do web-site contribuem para a formação e o fortalecimento da cidadania, valorizando a história e os vultos brasileiros.
- d) Outras Informações: o Projeto Memória nasceu em 1997 e é fruto de uma parceria entre a Fundação Banco do Brasil e das Organizações Odebrecht. O Projeto foi instituído objetivando a preservação e a valorização da tradição da cultura brasileira e para manter viva a memória nacional.

Recursos Financeiros utilizados na Ação:

	R\$
Recursos Previstos	850.000,00
Recursos Realizados	686.000,00
Variação Percentual	-19,29

Fonte dos Recursos Realizados – Acumulado Mensal

Fundação Banco do Brasil			
Janeiro	0	Julho	289.000,00
Fevereiro	0	Agosto	289.000,00
Março	0	Setembro	484.000,00
Abril	139.000,00	Outubro	484.000,00
Maior	139.000,00	Novembro	484.000,00
Junho	139.000,00	Dezembro	686.000,00

Quantidade de Produtos Obtidos na Ação:

Quantidade Prevista	2.066.000
Quantidade Realizada	1.500.000
Variação Percentual	-27,40

Quantidade Realizada - Acumulado Mensal

Janeiro	0	Julho	935.000
Fevereiro	0	Agosto	1.170.000
Março	0	Setembro	1.395.000
Abril	230.000	Outubro	1.500.000
Maior	465.000	Novembro	1.500.000
Junho	700.000	Dezembro	1.500.000

**Fundação Banco do Brasil**

**Esporte Solidário**

Ação: Atividades Desportivas, Socioculturais e de Assistência à Saúde para Crianças Carentes

Órgão Gestor – Ministério Esporte e Turismo

- a) Ações desenvolvidas: o Programa Integração AABB-Comunidade, instituído pela Fundação Banco do Brasil e Federação das AABB – Associação Atlética Banco do Brasil, consiste na utilização das estruturas disponíveis das AABB por crianças e adolescentes pertencentes a famílias de baixa renda, para a realização de atividades integradas envolvendo as áreas de educação, saúde, cultura e desporto; o Programa acontece durante o horário extra-escolar, em Associações Atléticas Banco do Brasil (AABB) espalhadas por todo o País, recebendo toda a

atenção de educadores pedagógicos, especialmente preparados para as atividades, pelo Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica; e os participantes do Programa recebem, de forma totalmente gratuita, todo o material necessário ao desenvolvimento das atividades educativas, pedagógicas, culturais, esportivas, de lazer e outras – dependendo da infra-estrutura da AABB em cada município. Além disso, é garantida a alimentação e o atendimento médico/odontológico das crianças e adolescentes durante o período em que estão à disposição do Programa, também sem qualquer ônus para os jovens ou suas famílias.

- b) Resultados alcançados: o Programa atendeu 52.377 crianças e adolescentes, na faixa etária de 7 a 17 anos, em 395 municípios do País. Cerca de 5.850 profissionais (educadores, coordenadores pedagógicos, merendeiras, cozinheiras, motoristas, dentistas, médicos, assistentes sociais) estiveram envolvidos nas áreas de monitoria, saúde, alimentação, segurança e transporte.
- c) Benefícios auferidos pela sociedade: o Programa disponibiliza 25% de suas vagas para crianças que se encontram fora do ensino público, incentivando o ingresso ou o retorno, evitando a descontinuidade de seus estudos e objetivando contribuir para a redução da evasão escolar; melhor rendimento escolar, evitando a repetência; socialização e melhoria da auto-estima das crianças e adolescente; envolvimento e comprometimento da comunidade, especialmente das famílias que participam de diversas atividades desenvolvidas pelo Programa.
- d) Outras informações:

Recursos Financeiros utilizados na ação:

	R\$
Recursos Previstos	10.536.000,00
Recursos Realizados	8.063.000,00
Variação Percentual	-23,47

Fonte dos Recursos Realizados – Acumulado Mensal			
Fundação Banco do Brasil			
Janeiro	0	Julho	7.212.000,00
Fevereiro	0	Agosto	7.337.000,00
Março	764.000,00	Setembro	7.890.000,00
Abril	3.711.000,00	Outubro	8.015.000,00
Maiο	5.793.000,00	Novembro	8.033.000,00
Junho	6.666.000,00	Dezembro	8.063.000,00

Quantidade de Produtos Obtidos na Ação:

Quantidade Prevista	42.594
Quantidade Realizada	52.377
Variação Percentual	22,97

Quantidade Realizada - Acumulado Mensal			
Janeiro	0	Julho	45.503
Fevereiro	0	Agosto	46.188
Março	14.042	Setembro	46.188
Abril	28.077	Outubro	52.377
Maiο	40.549	Novembro	52.377
Junho	45.062	Dezembro	52.377

**Diretoria de Agronegócios**

**Agricultura Familiar - PRONAF**



Ação: Concessão de crédito para agricultores familiares

Órgão Gestor – Ministério do Desenvolvimento Agrário

- a) Ações desenvolvidas: criação de nova plataforma informatizada, que utiliza tecnologia de ponta para a contratação das operações de custeio na modalidade de créditos fixo (Portal de Negócios), que permitiu maior automação e racionalização dos processos, garantindo maior segurança às informações gerenciais, fundamentais ao acompanhamento adequado dos capitais emprestados e ao subsídio à prestação de contas aos órgãos gestores e fiscalizadores do Pronaf; contratação de volume expressivo de operações de custeio na modalidade de crédito rotativo (BB Rural Rápido) que, além de simplificar e agilizar a sistemática de contratação no âmbito das agências operadoras do Programa, garante uma série de vantagens aos produtores beneficiários desta modalidade de crédito, que funciona de forma semelhante a um limite de cheque especial, permitindo utilização, amortização e reutilização dos recursos no decorrer do período de vigência do financiamento e, ainda, a renovação automática da operação; parcerias realizadas com governos estaduais e municipais, agroindústrias, empresas de assistência técnica públicas e cooperativas contribuíram para o atendimento de volume ainda mais expressivo de produtores familiares com os créditos do Programa.
- b) Resultados alcançados: elevação do volume de recursos aplicados, comparativamente ao ano de 2001; simplificação e agilização do processo de concessão dos financiamentos; e maior segurança nas informações impostadas pelas agências quando da contratação dos financiamentos.
- c) Benefícios auferidos pela sociedade: maior abrangência do Pronaf e o conseqüente melhor alcance dos objetivos estabelecidos pelo Governo Federal; atendimento tempestivo e ágil ao público-alvo do Programa, com recursos de custeio e de investimento necessários ao desenvolvimento de suas atividades; e redução de custo para os produtores (despesas com transporte e gasto de tempo com deslocamentos às agências, às empresas de assistência técnica e aos órgãos emissores da Declaração de Aptidão ao Programa), visto que muitos dos interessados são atendidos por meio de mutirões estimulados pelas agências operadoras, em postos temporários de atendimento criados nas próprias comunidades rurais.
- d) Outras Informações: com essas e outras ações, o Banco do Brasil manteve a sua posição de maior agente financeiro aplicador dos recursos do Pronaf, desde a criação do Programa, em 1995.

Recursos Financeiros utilizados na Ação:

	R\$
Recursos Previstos	1.158.000.000,00
Recursos Realizados	1.436.731.032,00
Variação Percentual	24,07

Fonte dos Recursos Realizados– Acumulado Mensal

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador			
Janeiro	29.288.434,00	Julho	370.016.173,00
Fevereiro	45.996.072,00	Agosto	440.882.517,00
Março	61.531.575,00	Setembro	731.633.763,00
Abril	88.114.268,00	Outubro	1.062.957.875,00
Maiο	154.835.869,00	Novembro	1.282.359.975,00
Junho	363.100.168,00	Dezembro	1.436.731.032,00

Quantidade de Produtos Obtidos na Ação:

Contratos Formalizados	Unidade
Quantidade Prevista	524.264
Quantidade Realizada	605.159

Variação Percentual	15,43
---------------------	-------

Quantidade Realizada - Acumulado Mensal			
Janeiro	17.499	Julho	105.853
Fevereiro	25.297	Agosto	139.083
Março	31.727	Setembro	286.366
Abril	44.001	Outubro	447.626
Maior	69.267	Novembro	547.606
Junho	103.181	Dezembro	605.159

## Diretoria de Agronegócios

### Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Ação: Financiamento para produção sem uso de agrotóxicos (apoio à agricultura orgânica)

Órgão Gestor – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- Ações desenvolvidas: disponibilização das linhas de crédito rural, destinadas a custeio, investimento e comercialização, para produtores orgânicos certificados; priorização do segmento no âmbito interno.
- Resultados alcançados: valor contratado: R\$ 7.160.616,00; produtores atendidos: 149.
- Benefícios auferidos pela sociedade: o incentivo ao desenvolvimento da produção orgânica brasileira implica aumento da oferta interna de produtos orgânicos, bem como ampliação do potencial de exportação do agronegócio brasileiro.
- Outras Informações: a falta de organização do segmento, principalmente no que se refere à atuação das certificadoras em conformidade com a legislação pertinente, é um entrave para atuação mais expressiva do Banco.

Recursos Financeiros utilizados na Ação:

	R\$
Recursos Previstos	11.576.000,00
Recursos Realizados	7.160.616,00
Variação Percentual	-38,14

Fonte dos Recursos Realizados: Recurso Conta Própria – Acumulado Mensal
---

Banco do Brasil			
Janeiro	257.660,00	Julho	1.225.827,00
Fevereiro	371.108,00	Agosto	1.225.827,00
Março	376.108,00	Setembro	4.081.980,00
Abril	586.954,00	Outubro	4.269.195,00
Maior	932.479,00	Novembro	7.100.616,00
Junho	1.194.617,00	Dezembro	7.160.616,00

Quantidade de Produtos Obtidos na Ação:

Contratos Formalizados	Unidade
Quantidade Prevista	728
Quantidade Realizada	149

Varição Percentual	-79,53
--------------------	--------

Quantidade Realizada - Acumulado Mensal			
Janeiro	67	Julho	126
Fevereiro	75	Agosto	126
Março	76	Setembro	134
Abril	82	Outubro	140
Maio	93	Novembro	149
Junho	124	Dezembro	149

## Diretoria de Agronegócios

### Gestão da Política Agropecuária

Ação: Concessão de crédito rural

Órgão Gestor – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- Ações desenvolvidas: automatização da contratação de operações de custeio com recursos controlados e de EGF, agilizando e melhorando o atendimento aos produtores rurais; estímulo às aplicações com recursos da Poupança-Ouro, por meio de: ampliação da cesta de produtos que podem ser lastreados pelo funding; revitalização de produtos; e ações de divulgação junto à rede.
- Resultados alcançados: maior agilidade na contratação de financiamentos de custeio e EGF, em função da automatização do processo, e incremento das aplicações lastreadas na poupança.
- Benefícios auferidos pela sociedade: o financiamento ao agronegócio favorece o fortalecimento do setor que vem sendo responsável por resultados positivos na balança comercial brasileira, o que foi particularmente relevante no ano de 2002; a disponibilização da nova plataforma operacional, totalmente automatizada, possibilitou melhorar o atendimento aos produtores e, também, a qualidade da carteira rural, pois os parâmetros dos créditos estão apoiados em sistemas corporativos que avaliam o risco da atividade e evitam falhas operacionais.
- Outras Informações:

Recursos Financeiros utilizados na Ação:

R\$

Recursos Previstos	2.921.625.000,00
Recursos Realizados	6.360.658.513,00
Varição Percentual	117,71

Fonte dos Recursos Realizados – Acumulado Mensal
--

Banco do Brasil			
Janeiro	155.171.560,00	Julho	2.246.895.716,00
Fevereiro	359.461.640,00	Agosto	3.309.579.079,00
Março	618.513.613,00	Setembro	4.517.049.445,00
Abril	1.006.883.593,00	Outubro	5.432.799.234,00
Maio	1.517.063.086,00	Novembro	5.954.074.953,00
Junho	1.922.222.961,00	Dezembro	6.360.658.513,00

Quantidade de Produtos Obtidos na Ação:

Contrato Formalizado	Unidade
Quantidade Prevista	88.025

Quantidade Realizada	191.135
Variação Percentual	117,14

Quantidade Realizada – Acumulado Mensal			
Janeiro	4.280	Julho	85.041
Fevereiro	8.704	Agosto	113.679
Março	15.360	Setembro	139.463
Abril	26.163	Outubro	166.699
Maior	46.374	Novembro	181.043
Junho	63.360	Dezembro	191.135

## Diretoria Internacional

### Cultura Exportadora

Ação: Capacitação para Empresários Exportadores – BB PAE

Órgão Gestor – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- Ações desenvolvidas: convênio firmado com o Ministério das Relações Exteriores - MRE para permitir o acesso das pequenas e médias empresas a informações e a novos mercados.
- Resultados alcançados: 154 participações em eventos para criação de cultura exportadora (palestras, seminários, workshop, etc.); 244 turmas formadas para realização de treinamentos; 31 parcerias realizadas com instituições de classe (associações, federações, sindicatos, Tc) para a realização de palestras; 10 consórcios de exportação apoiados.
- Benefícios auferidos pela sociedade: disseminação e interiorização da cultura exportadora; aumento da base exportadora brasileira; acesso de novas empresas ao mercado externo, elevando os níveis de emprego e renda.
- Outras Informações: Recursos Financeiros utilizados na Ação: Não se aplica.

Quantidade de Produtos Obtidos na Ação:

Quantidade Prevista	1.904
Quantidade Realizada	4.390
Variação Percentual	130,57

Quantidade Realizada - Acumulado Mensal			
Janeiro	76	Julho	2.271
Fevereiro	156	Agosto	2.546
Março	667	Setembro	2.940
Abril	1.189	Outubro	3.546
Maior	1.612	Novembro	4.074
Junho	1.909	Dezembro	4.390

## Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas

Ação: Concessão de crédito a Micro e Pequenos Empreendedores Urbanos

Órgão Gestor – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- Ações desenvolvidas: prejudicado.
- Resultados alcançados: prejudicado.

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: prejudicado.
- d) Outras Informações: ação não acompanhada.

## **Diretoria de Varejo**

### **Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas**

Ação: Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (BB Giro Rápido)

Órgão Gestor – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- a) Ações desenvolvidas: o Banco vem implementando várias ações para a simplificação e automação do processo de crédito para as micro e pequenas empresas, através do BB Giro Rápido, permitindo a liberação e amortização de capital via telefone, Internet, Gerenciador Financeiro ou outro meio ao alcance do cliente, além da simulação do financiamento por intermédio do Portal do Banco na Internet.
- b) Resultados alcançados: o BB Giro Rápido encerrou o ano de 2002 com saldo acumulado de recursos utilizados de R\$ 1,54 bilhão, dos quais R\$ 1,28 bilhão em crédito fixo e R\$ 267 milhões em cheque especial, totalizando mais de 343 mil empresas atendidas. Através das operações do BB Giro Rápido, foram processadas 954 mil utilizações, no valor de R\$ 2,30 bilhões de recursos.
- c) Benefícios auferidos pela sociedade: em todos os fóruns que tratam do assunto, os representantes das micro e pequenas empresas de todo o país reivindicam linha de crédito específica, desburocratizada e flexível quanto às garantias, com prazo e encargos financeiros compatíveis com a capacidade de pagamento desse segmento. O BB Giro Rápido atende às necessidades de crédito para capital de giro, contribuindo para a redução da mortalidade precoce das micro e pequenas empresas. A implementação do BB Giro Rápido contribui ainda para os esforços que vêm sendo desenvolvidos pelo Governo Federal, sendo inserido no Programa Brasil Empreendedor na busca de disponibilização de crédito para as micro e pequenas empresas, de maneira simples e ágil, com reflexos extremamente positivos.
- d) Outras Informações:

Recursos Financeiros utilizados na Ação:

	R\$
Recursos Previstos	446.524.000,00
Recursos Realizados	2.301.088.870,98
Variação Percentual	415,33

Fonte dos Recursos Realizados – Acumulado Mensal			
Banco do Brasil			
Janeiro	54.510.406,47	Julho	383.499.034,66
Fevereiro	101.375.870,11	Agosto	440.176.250,84
Março	153.448.467,63	Setembro	497.229.794,13
Abril	213.483.703,98	Outubro	560.145.852,64
Maior	271.202.765,62	Novembro	625.688.026,88
Junho	324.086.279,21	Dezembro	690.326.661,29
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público			
Janeiro	127.190.948,43	Julho	894.831.080,86
Fevereiro	236.543.696,92	Agosto	1.027.077.918,63
Março	358.046.424,46	Setembro	1.160.202.852,98
Abril	498.128.642,63	Outubro	1.307.006.989,48
Maior	632.806.453,11	Novembro	1.459.938.729,39
Junho	756.201.318,17	Dezembro	1.610.762.209,69

Quantidade de Produtos Obtidos na Ação:

Quantidade Prevista	291.186
Quantidade Realizada	954.169
Variação Percentual	227,68

Quantidade Realizada			
Janeiro	71.951	Julho	521.860
Fevereiro	133.281	Agosto	602.586
Março	202.389	Setembro	683.530
Abril	283.028	Outubro	776.383
Maior	363.338	Novembro	867.652
Junho	437.679	Dezembro	954.169

## Diretoria Internacional

### Financiamentos às Exportações

Ação: Financiamentos a Pequenas e Médias Empresas Para Exportação - BB PGNI

Órgão Gestor – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- Ações desenvolvidas: implantação de Núcleos especializados em Câmbio e Comércio exterior para prestar apoio às empresas exportadoras. Isso possibilitou a ampliação do suporte oferecido ao segmento; lançamento do Balcão de Comércio Exterior, na internet. Essa ferramenta possibilita às Pequenas e Médias Empresas cursarem seu negócio todo no ambiente WEB, desde a prospecção de um potencial parceiro, até o a remessa da mercadoria.
- Resultados alcançados: em 2002, o Banco movimentou US\$ 5,520 bilhões em operações de ACC - Adiantamento sobre Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento sobre Cambiais Entregues. No âmbito do Programa de Geração de Negócios Internacionais – PGNI, as operações da modalidade atingiram US\$ 2,742 bilhões, beneficiando 1.955 empresas.
- Benefícios auferidos pela sociedade: o Banco vem investindo na estratégia de intensificação de uso do canal WEB, inclusive com a disponibilização de linhas de crédito, em condições especiais, com o objetivo de ampliar o alcance de suas ações, programas, produtos e serviços. Um dos benefícios dessa estratégia é o custo reduzido dos produtos e serviços oferecidos nesse canal.
- Outras Informações:

Recursos Financeiros utilizados na Ação:

				US\$
Recursos Previstos			1,270,000,000.00	
Recursos Realizados			2,742,003,000.00	
Variação Percentual			115,9 1	
Fonte dos Recursos Realizados – Acumulado Mensal				
Banco do Brasil				
Janeiro	270,425,000.00	Julho	1,859,322,000.00	
Fevereiro	469,346,000.00	Agosto	2,076,748,000.00	
Março	720,778,000.00	Setembro	2,295,984,000.00	
Abril	963,812,000.00	Outubro	2,469,235,000.00	
Maior	1,250,176,000.00	Novembro	2,513,017,000.00	
Junho	1,555,116,000.00	Dezembro	2,742,003,000.00	

Quantidade de Produto Obtido com a Ação:

Quantidade Prevista	2.002
---------------------	-------

Quantidade Realizada	1.955
Variação Percentual	- 2,35

Quantidade Realizada - Acumulado Mensal			
Janeiro	698	Julho	1.521
Fevereiro	917	Agosto	1.570
Março	1.072	Setembro	1.631
Abril	1.211	Outubro	1.681
Maior	1.333	Novembro	1.919
Junho	1.446	Dezembro	1.955

## Diretoria de Controladoria

### Orçamento de Investimentos

#### Investimentos de Instituições Financeiras em Infra-Estrutura Operacional

#### Investimentos das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio

- a) Ações desenvolvidas: o Banco do Brasil, principal agente financeiro e de desenvolvimento do Governo Federal, definiu sua estratégia de atuação nacional no desenvolvimento de oportunidades negociais para seus clientes, interligando todos os pontos de atendimento, tornando-se o principal portal de negócios na área de prestação de serviços bancários e não bancários. Para melhor desempenhar o papel de agente de fomento e desenvolvimento social o Banco do Brasil concentrou investimentos em projetos de:

PROGRAMA	AÇÃO	DESCRIÇÃO
0781	3252	INSTALAÇÃO DE AGÊNCIAS
0781	3324	MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS
0781	4106	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO
0807	3286	INSTALAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
0807	4101	MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS
0807	4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
0807	4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO

Na consecução desses projetos ultimou ações para:

- acompanhar as mudanças do mercado e a atuação dos concorrentes - automação dos pontos de atendimento;
- celebrar convênios - pagamentos de salários de funcionários de empresas privadas e entidades de administração pública e cobrança da Dívida Ativa da União, Estados e Municípios;
- administrar fundos e programas da União, Estados e Municípios;
- absorver contas de bancos privados;
- aproveitar oportunidades negociais decorrentes dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, por meio do acompanhamento da estratégia de indução de investimentos adotada pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais;
- reduzir o consumo de energia nas instalações do Banco do Brasil.

Especificamente, quanto à estratégia de instalação de novos pontos, utilizou-se de 4 tipologias distintas permitidas pelo BACEN - Banco Central do Brasil:

- Agência - Dependência de instituição financeira - destinada à prática das atividades para as quais a instituição esteja regularmente habilitada.
- PAA - Posto Avançado de Atendimento - Dependência de banco múltiplo com carteira comercial. Somente pode ser instalado em praça desassistida de serviços bancários prestados por agências ou outro PAA daquelas instituições.
- PAB - Posto de Atendimento Bancário - Dependência de banco múltiplo com carteira comercial. Instalada em recinto interno de entidade da administração pública ou de empresa

privada, visando prestar serviços de exclusivo interesse: do Governo e de seus funcionários, da empresa, de seus empregados e administração.

- PAE - Posto de Atendimento Bancário Eletrônico - Dependência automatizada de banco múltiplo com carteira comercial. Prestando diversos serviços: saques, depósito, pagamentos, saldos de contas, extratos, etc. Não está sujeito ao horário fixado para o funcionamento das instituições financeiras.

b) Resultados alcançados: expansão do atendimento no interior dos estados e municípios de menor renda per capita; aumento da base de clientes; malha de comunicação preparada para a implantação de sistemas de gerenciamento de dados e configuração remota do parque de equipamentos; elevação no nível de segurança física/lógica nas dependências do BB; modernização do parque de equipamentos existentes; diminuição do fluxo interno de clientes e usuários no interior das dependências do BB, com incremento do número de ambientes de auto-atendimento; manutenção do nível de competitividade nos padrões de mercado; incorporação da Internet como canal seguro de negócios, produzindo alargamento da margem de lucro pela redução do custo operacional; implantação da Intranet-BB como instrumento corporativo, integrando as Unidades do País e do exterior, além de efetivar outros serviços como: treinamento à distância, agência de notícias e workflow; ampliação da capacidade de processamento e armazenamento possibilitando atender as demandas do aumento da base de clientes, da expansão dos canais de atendimento, do lançamento de novos produtos e serviços e da reserva para contingências; o Banco do Brasil consolidou posição de empresa competitiva e moderna. Os recursos foram direcionados para as atividades essenciais do negócio. Foram abertos 1308 novos pontos de atendimento no ano de 2002.

c) Benefícios auferidos pela sociedade: o alinhamento das políticas institucionais com a estratégia garantiu ao Banco do Brasil posição de vanguarda no mercado, sedimentando-o como principal ponto de referência no sistema financeiro. A marca Banco do Brasil é sinônimo de ética, segurança e solidez. Os produtos e serviços ofertados pelo Banco tem valor reconhecido e respeitado por consumidores e concorrentes. Assim, o Banco do Brasil propiciou os seguintes benefícios à comunidade:

- Melhoria do atendimento aos clientes, com desenvolvimento de estrutura de distribuição e atendimento especializados, de acordo com a complexidade de suas demandas;
- Incremento do número de ambientes de auto-atendimento;
- Redução do consumo de energia nas instalações do BB, demonstrando sua afinidade com a política do governo;
- Elevação do nível de segurança nas transações eletrônicas;
- Oferta de produtos e serviços adequados ao perfil e à propensão de consumo dos clientes;
- Melhoria do ambiente de trabalho para os funcionários e do ambiente de negócios com os clientes e;
- Maior rapidez no atendimento devido ao incremento do ambiente de auto-atendimento determinando a diminuição do fluxo interno de clientes e usuários no interior das dependências do BB.

d) Outras Informações:

	R\$
Recursos Previstos	1.383.057.876,00
Recursos Realizados	628.288.974,00
Variação Percentual	-54,57

Fonte dos Recursos Realizados – Acumulado Anual
---

Banco do Brasil		
Projeto	Previsto	Realizado
Instalação de Agências	211.496.867,00	78.065.484,00
Modernização de Agências	377.240.442,00	139.733.093,00
Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento	205.989.890,00	126.670.555,00
Instalação de Bens Imóveis	18.755.000,00	1.288.190,00
Manutenção de Bens Imóveis	71.785.002,00	42.872.656,00
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	136.817.865,00	77.155.116,00



Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	360.972.810,00	162.503.880,00
---	----------------	----------------

## Diretoria de Governo

### Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

Ação: Financiamento de Projetos de Desenvolvimento aos Setores Agropecuário, Industrial, Agro-industrial, Mineral, de Turismo, Comércio e Serviços.

Órgão Gestor - Ministério da Integração Nacional

- Ações desenvolvidas: as ações implementadas no âmbito do Projeto de Revitalização do Fundo, tais como a revisão do processo de crédito, a elaboração e execução do plano de marketing (divulgação em emissoras de rádios, em revistas e em outdoors), e a realização de workshops e seminários nos estados da região centro-oeste contribuíram para o sucesso na superação da meta estabelecida para o exercício de 2002.
- Resultados alcançados: como resultado das ações desenvolvidas no exercício, os negócios realizados com recursos do FCO apresentaram uma evolução de 50% em relação ao observado em 2001, e de 33% em relação à meta estipulada para 2002.
- Benefícios auferidos pela sociedade: dos 446 municípios da região centro-oeste, 432 contaram com financiamento do Fundo, com envolvimento de recursos da ordem de R\$ 1.439,3 milhões, beneficiando cerca de 21,0 mil projetos dos setores produtivos.
- Outras Informações: por meio do ofício n.º 697/SCO/MI, de 23/12/2002, o Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, Luciano Barbosa, congratulou-se com o Banco do Brasil pelo excelente desempenho do FCO nos dois últimos exercícios, em que superou, ano a ano, as previsões estabelecidas na programação do Fundo. A gestão dos recursos pelo BB fez do FCO o destaque entre os Fundos Constitucionais, uma vez que o volume aplicado em 2002 representou mais que o dobro dos recursos alcançados pelo FNO e FNE juntos.

Recursos Financeiros utilizados na Ação:

	R\$
Recursos Previstos	1.081.736.000,00
Recursos Realizados	1.439.337.000,00
Variação Percentual	33,06

#### Fonte dos Recursos Realizados – Acumulado Mensal

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – Acumulado Mensal			
Janeiro	85.496.000,00	Julho	619.681.000,00
Fevereiro	157.262.000,00	Agosto	766.119.000,00
Março	213.535.000,00	Setembro	923.560.000,00
Abril	312.917.000,00	Outubro	1.062.454.000,00
Maior	406.759.000,00	Novembro	1.183.510.000,00
Junho	513.025.000,00	Dezembro	1.439.337.000,00

Quantidade de Produtos Obtidos na Ação:

Quantidade Prevista	17.760
Quantidade Realizada	20.986
Variação Percentual	18,16

#### Quantidade Realizada - Acumulado Mensal

Janeiro	1.449	Julho	8.007
Fevereiro	2.204	Agosto	9.647
Março	2.801	Setembro	11.406
Abril	3.694	Outubro	13.237
Maio	4.878	Novembro	15.488
Junho	6.502	Dezembro	20.986

## **Diretoria de Agronegócios**

### **Integração da Cadeia do Agronegócio**

Ação: Realização de Negócios entre Segmentos do Agronegócio

Órgão Gestor – Ministério da Fazenda

- a) Ações desenvolvidas: no tocante a convênios BB AGRO, que tem por objetivo elevar a rentabilidade do crédito rural e viabilizar a alocação de recursos em condições compatíveis com a atividade rural, foram estabelecidos convênios de parceria negocial com empresas do agronegócio, que viabilizaram o atingimento dos objetivos acima elencados, mediante:

- a) compartilhamento de riscos;
- b) utilização de fontes alternativas de recursos (do próprio Banco, da conveniada ou de terceiros).

Com relação ao BB Convir, que tem por objetivo estimular a realização de negócios com empresas do agronegócio que trabalhem, ou tenham potencial para trabalhar, em parceria com o Banco, sob a forma de regime de integração, preferencialmente com mini e pequenos produtores rurais, foram estabelecidos convênios com empresas integradoras do agronegócio, que:

- I. firmam contratos de compra futura da produção dos seus integrados, garantindo preço e mercado aos tomadores de crédito rural no Banco;
- II. pagam seus integrados exclusivamente via Banco, retendo as parcelas referentes a amortização/liquidação dos empréstimos;
- III. assumem o risco de operações de crédito rural;
- IV. prestam assistência técnica gratuita.

Além disso foi reestruturada a sistemática operacional dos Convênios BB CONVIR, de forma a torná-la mais ágil e, dessa forma, melhor atender aos clientes.

- b) Resultados alcançados: houve incremento de 71,07% no volume de empréstimos via convênios em 2002 comparativamente a 2001, sendo 79,38% no tocante à convênios BB Agro e 33,15% relativo à BB Convir, o que denota o empenho do Banco em ampliar cada vez mais sua participação junto aos agentes do Agronegócio via convênios de cooperação.

- c) Benefícios auferidos pela sociedade:

#### BB AGRO:

- a) para as empresas conveniadas:
  - I) ampliação do leque de clientes;
  - II) incremento no faturamento;
  - III) dedicação exclusiva à sua atividade fim, com o BB financiando seus clientes;
  - IV) linha de crédito ajustada às necessidades de seus clientes;
  - V) divulgação da sua marca, em parceria com o Banco;
  - VI) revisão das condições negociais do Convênio a qualquer tempo.
- b) para os produtores, beneficiários dos créditos concedidos sob a égide dos convênios:
  - I) prioridade no direcionamento dos recursos;
  - II) disponibilização de fontes alternativas de recursos para seu financiamento;
  - III) redução dos custos das linhas, no caso de convênios com recursos da Conveniada.
- c) para o Banco:

- I) fortalecimento da relação de parceria com os agentes do agronegócio;
- II) incremento da captação e geração de receitas, atreladas à viabilização de financiamento com fontes alternativas de recursos;
- III) compartilhamento, com as empresas conveniadas, do risco das operações de seus clientes, no caso de convênios com risco compartilhado ou da conveniada.

**BB CONVIR:**

a) para as empresas integradoras:

- I) segurança quanto a quantidade e época de entrega da matéria prima;
- II) melhor gerenciamento da qualidade da matéria-prima, por meio da assistência técnica gratuita aos produtores;
- III) maior independência em relação às pressões de mercado para aquisição da produção;
- IV) garantia de financiamento, no montante negociado no convênio, para os produtores integrados que atendem às exigências para operar com o Banco;
- V) melhor relacionamento com os fornecedores, em virtude do atendimento diferenciado oferecido no âmbito do convênio.

b) para os produtores integrados:

- I) garantia dos recursos negociados no convênio, na época adequada para a condução do empreendimento, desde que atendidas as exigências para operar com o Banco na modalidade pretendida;
- II) garantia de comercialização a preços compensadores de toda a produção comprometida no sistema integrado;
- III) melhor posicionamento no mercado, em virtude de estar negociando a produção antes do plantio;
- IV) assimilação de tecnologias que asseguram maior padrão de qualidade, por meio de assistência técnica gratuita prestada pela INTEGRADORA.

c) para o Banco:

- I) fortalecimento da relação de parceria com os agentes do agronegócio;
- II) incremento da captação e geração de receitas, atrelada à viabilização de financiamento rural com fontes alternativas de recursos;
- III) compartilhamento, com as empresas conveniadas, do risco das operações dos seus clientes, no caso de convênios com risco compartilhado ou da conveniada.

d) Outras Informações:

Recursos Financeiros utilizados na Ação:

R\$

Recursos Previstos	1.085.060.000,00
Recursos Realizados	2.069.218.007,00
Variação Percentual	90,70

Fonte dos Recursos Realizados - Conta Própria – Acumulado Mensal

Banco do Brasil			
Janeiro	42.863.677,00	Julho	726.571.293,00
Fevereiro	91.479.821,00	Agosto	983.965.207,00
Março	153.440.022,00	Setembro	1.242.969.067,00
Abril	252.819.136,00	Outubro	1.482.158.524,00
Maio	401.993.125,00	Novembro	1.632.603.152,00
Junho	582.828.993,00	Dezembro	1.798.752.622,00
Demais Fontes - BNDES/FINAME			
Janeiro	20.268.804,00	Julho	130.368.227,00
Fevereiro	32.119.328,00	Agosto	133.181.124,00
Março	44.818.416,00	Setembro	140.834.201,00

Abril	57.997.008,00	Outubro	161.060.654,00
Maio	73.074.180,00	Novembro	187.986.400,00
Junho	105.340.787,00	Dezembro	208.179.240,00
Demais Fontes - FUNDOS E PROGRAMAS ( FAT – FCO – FUNCAFÉ)			
Janeiro	588.205,00	Julho	40.078.768,00
Fevereiro	1.633.598,00	Agosto	41.279.811,00
Março	2.322.501,00	Setembro	45.528.367,00
Abril	8.181.330,00	Outubro	50.182.806,00
Maio	15.157.222,00	Novembro	58.815.973,00
Junho	39.878.112,00	Dezembro	62.286.145,00

Quantidade de Produto Obtido com a ação:

Convênio Firmado	Unidade
Quantidade Prevista	578
Quantidade Realizada	875
Variação Percentual	51,38

Quantidade Realizada – Acumulado Mensal			
Janeiro	86	Julho	591
Fevereiro	122	Agosto	672
Março	222	Setembro	762
Abril	337	Outubro	810
Maio	435	Novembro	838
Junho	511	Dezembro	875

## Diretoria de Agronegócios

### Integração da Cadeia do Agronegócio

Ação: Negócios Eletrônicos – Comercialização

Órgão Gestor – Ministério da Fazenda

- Ações desenvolvidas: Balcão de Agronegócios - canal de comercialização via internet: a) introdução de novas funcionalidades e dinâmicas de negociação; b) lançamento da venda de BB CPR - Física no Balcão de Agronegócios; c) realização de palestras e seminários com diversos setores da cadeia do agronegócio, objetivando a divulgação e a disseminação da cultura do comércio eletrônico na internet; d) treinamento de funcionários para atuarem representando o produtor que não tem internet ou tem dificuldade de navegar na Rede; e) implantação de fluxo de informações gerenciais dos negócios realizados para as empresas que utilizam o Balcão; f) Leilão Eletrônico – sistema de leilões com interligação das Bolsas de Mercadorias do país: - aprimoramento do sistema de leilões, notadamente do módulo de vendas de café do Governo; - intensificação das vendas de BB CPR - Física e Financeira.
- Resultados alcançados: consolidação do comércio eletrônico na internet, como canal de compra e venda de produtos agropecuários; aumento de 209% no volume de negócios realizados pela internet (Balcão de Agronegócios) em relação ao ano de 2001, ultrapassando as metas estabelecidas; incremento nas vendas de BB CPR Física e Financeira no leilão; execução das políticas governamentais de venda de café e de oferta de PEP, por meio do Leilão Eletrônico.

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: introdução do produtor nos modernos sistemas de comercialização, oferecendo-lhe oportunidade de adquirir produtos com menores custos, sem intermediários, e de oferecer sua produção para um público ampliado de compradores; atendimento das necessidades de empresas fornecedoras de bens agropecuários, aproximando-as do comprador e executando de forma automática serviços de liquidação financeira e informações gerenciais.

- d) Outras Informações:

Recursos Financeiros utilizados na Ação:

	R\$
Recursos Previstos	1.557.045.000,00
Recursos Realizados	1.641.848.854,00
Variação Percentual	5,45

Fonte dos Recursos Realizados – Acumulado Mensal
--

Banco do Brasil			
Janeiro	55.672.072,00	Julho	982.822.420,00
Fevereiro	95.453.699,00	Agosto	1.093.441.712,00
Março	155.139.838,00	Setembro	1.234.569.477,00
Abril	299.889.970,00	Outubro	1.379.286.546,00
Maior	593.214.534,00	Novembro	1.522.758.128,00
Junho	843.520.890,00	Dezembro	1.641.848.854,00

Quantidade de Produto Obtido com a ação:

Contrato Comercializado	Unidade
Quantidade Prevista	7.500
Quantidade Realizada	46.804
Variação Percentual	524,05

Quantidade Realizada – Acumulado Mensal			
Janeiro	1.663	Julho	22.818
Fevereiro	2.796	Agosto	26.228
Março	4.462	Setembro	31.916
Abril	7.618	Outubro	37.994
Maior	13.941	Novembro	42.862
Junho	19.906	Dezembro	46.804

**Diretoria de Agronegócios**

**Integração da Cadeia de Agronegócios**

Ação: Comercialização de Produtos via Mercado de Futuros e de Opções (BB Garantia de Preço)

Órgão Gestor – Ministério da Fazenda

- a) Ações desenvolvidas: objetivando facilitar o acesso dos produtores rurais e pecuaristas aos mecanismos de proteção de preços que pudessem garantir melhores níveis de renda, o Banco do Brasil viabilizou, por meio de sua rede de agências, o ingresso aos Mercados de Futuros e de Opções em Bolsas. Após a normatização do produto, foi instituída linha de crédito, específica para o café, denominada Programa para Financiamentos de Ajustes Diários e Prêmios nos Mercados Futuros e de Opções, ao amparo do FUNCAFÉ/Resolução BACEN 2898, para financiar os valores dos prêmios das opções e das margens de garantia e ajustes diários dos contratos futuros. Simultaneamente foram realizados:

- I. treinamentos tutoriais nas principais regiões produtoras para a massificação dos conceitos de comercialização antecipada e utilização dos mecanismos de proteção de preços;
- II. cerca de 60 eventos em quinze estados, com a participação de perto de 2 mil funcionários, aproximadamente 5 mil produtores e 60 Cooperativas para a divulgação do produto;
- III. confecção e distribuição de material promocional (folders, banners, publicações em jornais e revistas de grande circulação) nos eventos e Feiras Agropecuárias.

b) Resultados alcançados: produto bem assimilado pelos funcionários da Rede de Agências; estrategicamente, pelo alcance e atuação da Rede de Agências do Banco do Brasil os produtores rurais e pecuaristas estão assimilando bem o funcionamento dos mecanismos de proteção de preços; foram formalizados 3.728 contratos, sendo 2.349 futuros e 1.379 de opções; dos contratos futuros, 85% são de café, o que representa a proteção de aproximadamente 200 mil sacas; nos contratos de opções, 86% são de soja, representando uma proteção perto de 2,7 milhões de sacas (162 mil toneladas).

c) Benefícios auferidos pela sociedade: o benefício direto aos produtores rurais e pecuaristas é a proteção de preços, que pode garantir níveis de renda compatíveis com a atividade, também reduzindo os riscos. Acesso a mecanismos de comercialização e proteção de preços, antes utilizados apenas por exportadores, processadoras e corretoras. Utilização destes mecanismos sem que, necessariamente, o seja via bolsa ou corretora, geralmente acessíveis apenas por grandes operadores em grandes centros.

d) Outras Informações:

Recursos Financeiros utilizados na Ação:

R\$

Recursos Previstos	354.375.000,00
Recursos Realizados	158.897.466,00
Variação Percentual	-55,16

Fonte dos Recursos Realizados – Acumulado Mensal

Banco do Brasil			
Janeiro	1.916.890,00	Julho	30.653.247,00
Fevereiro	4.153.607,00	Agosto	41.891.299,00
Março	12.123.446,00	Setembro	70.533.785,00
Abril	17.251.627,00	Outubro	103.524.287,00
Maio	21.123.397,00	Novembro	130.051.457,00
Junho	23.793.761,00	Dezembro	156.331.105,00

FUNCAFÉ			
Janeiro		Julho	2.564.361,00
Fevereiro		Agosto	2.566.361,00
Março		Setembro	2.566.361,00
Abril		Outubro	2.566.361,00
Maio	2.564.361,00	Novembro	2.566.361,00
Junho	2.564.361,00	Dezembro	2.566.361,00

Quantidade de Produto Obtido com a ação:

Contrato Comercializado	Unidade
Quantidade Prevista	18.763
Quantidade Realizada	3.728
Variação Percentual	-80,13

Quantidade Realizada - Acumulado Mensal			
Janeiro	74	Julho	1.252
Fevereiro	137	Agosto	1.520
Março	367	Setembro	2.231
Abril	623	Outubro	2.953
Maio	770	Novembro	3.335
Junho	917	Dezembro	3.728

## Diretoria de Agronegócios

### Integração da Cadeia de Agronegócios

Ação: Aval para venda antecipada da produção – CPR – Cédula do Produto Rural

Órgão Gestor – Ministério da Fazenda

- a) Ações desenvolvidas: divulgação do produto junto a produtores e cooperativas; treinamento de funcionários para atendimento, divulgação e venda; melhoria nos sistemas facilitando a operacionalização do produto; inclusão de novos produtos agropecuários beneficiados com a linha.
- b) Resultados alcançados: incremento de 25% sobre o volume de avais concedidos, atendendo mais de 15.000 produtores.
- c) Benefícios auferidos pela sociedade: aumento do atendimento às necessidades de recursos para a produção agropecuária, propiciando o incremento dessa produção.
- d) Outras Informações:

Recursos Financeiros utilizados na Ação:

	R\$
Recursos Previstos	432.535.000,00
Recursos Realizados	1.061.518.760,00
Variação Percentual	145,42

Fonte dos Recursos Realizados – Acumulado Mensal

Banco do Brasil			
Janeiro	105.525.303,00	Julho	529.102.498,00
Fevereiro	159.828.989,00	Agosto	588.210.979,00
Março	236.972.702,00	Setembro	662.846.766,00
Abril	325.797.777,00	Outubro	771.492.990,00
Maio	410.269.855,00	Novembro	929.304.992,00
Junho	468.158.386,00	Dezembro	1.061.518.760,00

Quantidade de Produto Obtido com a ação:

Contrato Comercializado	Unidade
Quantidade Prevista	8.316
Quantidade Realizada	21.690
Variação Percentual	160,82

Quantidade Realizada – Acumulado Mensal			
Janeiro	2.307	Julho	11.919
Fevereiro	3.843	Agosto	12.982
Março	5.804	Setembro	14.432
Abril	7.767	Outubro	16.464
Maio	9.563	Novembro	19.111
Junho	10.687	Dezembro	21.690



### 3 – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A – BNB

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., instituição financeira pública, de caráter regional, criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19/07/1952, pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira múltipla organizada sob a forma de Sociedade Anônima Aberta, de economia mista.

Na qualidade de banco de desenvolvimento regional múltiplo, está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras da categoria.

O Banco exerce a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, nos termos da disposição contida no artigo 159, inciso, I, alínea “c” da Constituição Federal e da Lei nº 7.827, de 27/09/1989.

As tabelas adiante mostram os financiamentos totais contratados, absorvidos ou liberados pelo Banco, com recursos oriundos do Orçamento Fiscal. No caso do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR, o Banco, como agente operador, executa ordens de liberação de recursos oriundas da extinta Sudene, com relação ao Orçamento da Seguridade Social, o Banco não realiza empréstimos com estes recursos.

#### FINANCIAMENTOS COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ MIL)
Empréstimos contratados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	254.436,2
Empréstimos absorvidos pelo FNE na forma do art. 9º da Lei 10.464, de 24.05.2002	763.674,0
Empréstimos contratados com recursos do Tesouro Nacional para o Programa de Agricultura Familiar – PRONAF Grupos A, B, C e A/C	98.928,1
Ordens de liberação realizadas com recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR	130.307,2
<b>TOTAL</b>	<b>1.247.345,5</b>

#### DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS (VALORES CONTRATADOS), EM 2002, COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE, POR REGIÃO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E SETOR DE ATIVIDADE

					Valores em R\$ mil
Região/Estado	Setor Rural	Setor Agroindustrial	Setor Industrial	Setor Comercial	Total
Região Nordeste					
ALAGOAS	9.535,7	0,0	2.916,3	704,8	13.156,8
BAHIA	64.480,7	0,0	9.300,6	2.348,7	76.130,0
CEARÁ	13.124,3	770,4	16.672,3	5.109,4	35.676,4
MARANHÃO	18.786,4	116,1	895,2	1.267,1	21.064,8
PARAÍBA	7.676,1	0,0	856,8	3.024,6	11.557,5
PERNAMBUCO	12.132,0	121,3	514,7	217,0	12.985,0
PIAUÍ	15.550,1	60,0	355,1	789,2	16.754,4
R. G. DO NORTE	11.483,4	0,0	1.060,8	2.996,7	15.540,9
SERGIPE	14.139,0	265,0	932,7	4.067,6	19.404,3
Total Região Nordeste	166.907,7	1.332,8	33.504,5	20.525,1	222.270,1
Região Sudeste					
ESPÍRITO SANTO	11.383,8	0,0	34,9	407,2	11.825,9
MINAS GERAIS	15.794,8	136,1	1.428,0	2.981,3	20.340,2
Total Região Sudeste	27.178,6	136,1	1.462,9	3.388,5	32.166,1
Total Banco do Nordeste	194.086,3	1.468,9	34.967,4	23.913,6	254.436,2

DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS ÀS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS/PRODUTORES (VALORES CONTRATADOS), EM 2002, COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE, POR REGIÃO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E SETOR DE ATIVIDADE

Valores em R\$ mil

Região/Estado	Setor Rural	Setor Agroindustrial	Setor Industrial	Setor Comercial	Total
<b>Região Nordeste</b>					
ALAGOAS	9.532,6	0,0	1.448,4	597,8	11.578,8
BAHIA	56.768,1	0,0	1.371,5	2.348,6	60.488,2
CEARÁ	11.810,5	770,4	2.941,4	4.760,6	20.282,9
MARANHÃO	17.967,4	116,1	895,1	1.267,1	20.245,7
PARAÍBA	7.662,8	0,0	856,8	524,4	9.044,0
PERNAMBUCO	12.114,6	121,3	514,7	217,0	12.967,6
PIAUÍ	12.092,2	60,0	355,2	789,2	13.296,6
R. G. DO NORTE	11.483,4	0,0	241,8	1.307,9	13.033,1
SERGIPE	13.811,5	265,0	932,7	2.198,5	17.207,7
<b>Total Região Nordeste</b>	153.243,1	1.332,8	9.557,6	14.011,1	178.144,6
<b>Região Sudeste</b>					
ESPÍRITO SANTO	9.921,8	0,0	35,0	407,1	10.363,9
MINAS GERAIS	11.545,8	136,1	797,3	599,3	13.078,5
<b>Total Região Sudeste</b>	21.467,6	136,1	832,3	1.006,4	23.442,4
<b>Total Banco do Nordeste</b>	174.710,7	1.468,9	10.389,9	15.017,5	201.587,0

DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS (VALORES CONTRATADOS), EM 2002, COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE, POR FAIXA DE EMPRÉSTIMO, EVIDENCIANDO OS PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES TOMADORES

Valores em R\$ mil

Porte tomador/ Faixa de Empréstimo	Pequeno Tomador	Médio Tomador	Grande Tomador	Total
Operações com valor contratado até R\$ 35.000,00	164.944,5	1.423,9	78,7	166.447,1
Operações com valor contratado de R\$ 35.000,01 a R\$ 100.000,00	9.523,2	2.874,7	1.651,5	14.049,4
Operações com valor contratado acima de R\$ 100.000,00	8.546,0	14.274,7	51.119,0	73.939,7
<b>Total Banco do Nordeste</b>	183.013,7	18.573,3	52.849,2	254.436,2

DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS ABSORVIDOS, EM 2002, PELO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE, DE ACORDO COM O ART. 9º DA LEI 10.464, DE 24.05.2002, POR REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OBSERVAÇÃO: TODOS ESSES EMPRÉSTIMOS SÃO DO SETOR RURAL E PARA MINI E PEQUENOS PRODUTORES.

Valores em R\$ mil	
Região/Estado	
<b>Região Nordeste</b>	
ALAGOAS	35.918,0
BAHIA	259.287,0
CEARÁ	76.114,0
MARANHÃO	3.717,0
PARAÍBA	64.776,0
PERNAMBUCO	135.505,0
PIAUÍ	77.022,0
R. G. DO NORTE	19.232,0
SERGIPE	27.773,0
<b>Total Região Nordeste</b>	<b>699.344,0</b>
<b>Região Sudeste</b>	
ESPÍRITO SANTO	
MINAS GERAIS	64.330,0
<b>Total Região Sudeste</b>	<b>64.330,0</b>
<b>Total Banco do Nordeste</b>	<b>763.674,0</b>

DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS (VALORES CONTRATADOS), EM 2002, DO PROGRAMA DE AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF, COM RECURSOS DO TESOUREO NACIONAL, POR REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OBSERVAÇÃO: TODOS ESSES EMPRÉSTIMOS SÃO DO SETOR RURAL E PARA MINI E PEQUENOS PRODUTORES.

Valores em R\$ mil	
Região/Estado	
<b>Região Nordeste</b>	
ALAGOAS	6.626,2
BAHIA	24.341,3
CEARÁ	12.355,1
MARANHÃO	8.191,0
PARAÍBA	9.825,6
PERNAMBUCO	5.259,3
PIAUÍ	7.357,3
R. G. DO NORTE	5.328,5
SERGIPE	10.256,9
<b>Total Região Nordeste</b>	<b>89.541,0</b>
<b>Região Sudeste</b>	
ESPÍRITO SANTO	137,5
MINAS GERAIS	9.249,7
<b>Total Região Sudeste</b>	<b>9.387,1</b>
<b>Total Banco do Nordeste</b>	<b>98.928,1</b>

DEMONSTRATIVO DAS ORDENS DE LIBERAÇÃO, EM 2002, COM RECURSOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO DO NORDESTE - FINOR, POR REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Valores em R\$ mil	
Região/Estado	
<b>Região Nordeste</b>	
ALAGOAS	10.907,2
BAHIA	7.862,1
CEARÁ	22.859,2
MARANHÃO	3.303,5
PARAÍBA	16.164,0
PERNAMBUCO	39.287,8
PIAUÍ	14.308,6
R. G. DO NORTE	11.207,1
SERGIPE	4.407,7
<b>Total Região Nordeste</b>	<b>130.307,2</b>
<b>Região Sudeste</b>	
ESPÍRITO SANTO	0,0
MINAS GERAIS	0,0
<b>Total Região Sudeste</b>	<b>0,0</b>
<b>Total Banco do Nordeste</b>	<b>130.307,2</b>

#### 4 - BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

##### Desenvolvimento da Amazônia Legal

##### Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Industrial e Agrícola na Região Norte – FNO

- Como Banco Gestor do FNO

Em consonância com os objetivos do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), no âmbito do Ministério da Fazenda, e das Leis 7.827/89, 9.126/95 e 10.177/01, que regulamentam os Fundos Constitucionais de Financiamento, as aplicações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), no ano de 2002, continuam sendo orientadas para promover investimentos na Região Norte, tendo como macro-diretriz o desenvolvimento sustentável.

Para o ano de 2002, foi estabelecida como meta física a aplicação de R\$ 550,8 milhões, com recursos do FNO, para atendimento às atividades produtivas da Região Norte, através de programas de financiamento. No exercício, foram contratadas 14.125 operações de crédito, no valor de R\$ 604,9 milhões – 9,8% acima da meta estabelecida. Do total de recursos contratados, R\$ 378,4 milhões (62,6%) foram alocados no setor rural (13.529 operações) e R\$ 226,5 milhões (37,4%) foram direcionados para os setores industrial, comércio e serviços (596 operações).

No setor rural, as atividades de pequeno e médio portes foram as mais beneficiadas, tendo sido contratadas 13.349 operações (98,7%), no valor de R\$ 292,5 milhões (77,3%). No setor industrial, as micro, pequenas e médias empresas obtiveram recursos da ordem de R\$ 82,9 milhões (36,6%), correspondentes a 340 operações contratadas (57,0%). As grandes empresas e os grandes empreendimentos rurais foram atendidos, no exercício de 2002, com R\$ 229,5 milhões (37,9%), relativos a contratação de 436 operações (3,1%).

A aplicação dos recursos do FNO tem contribuído de forma significativa para o incremento do Valor Bruto da Produção (VBP) regional. A partir do montante dos financiamentos realizados em 2002, estima-se um incremento superior a R\$ 1.732,2 milhões no VBP regional, sendo 186,4% superior ao valor financiado. Esses recursos proporcionaram a criação de 133.645 oportunidades de ocupação de mão-de-obra na agropecuária, agroindústria, indústria e serviços.

Através de programas voltados para o financiamento da agricultura de base familiar, foram atendidas 10.632 famílias de agricultores, extrativistas, pescadores, comunidades indígenas e outras categorias. O apoio financeiro a essas categorias, em 2002, atingiu a cifra de R\$ 98,6 milhões, proporcionando a ocupação de 42.528 postos de trabalho no campo, exclusivamente com mão-de-obra familiar.

Em relação ao exercício anterior, destaca-se, no ano de 2002, a criação de dois novos programas de financiamento com recursos do FNO: Programa de Apoio à Infra-Estrutura Econômica (PROINFRA) e Programa de Eficiência Energética (PROENERG). O PROINFRA objetiva contribuir para melhoria da infra-estrutura econômica regional voltada ao apoio de atividades produtivas, incentivando empreendimentos que visam a geração de energia, distribuição de energia alternativa ou processo de conservação de energia elétrica; apoia projetos de implantação, ampliação, recuperação ou melhoramento da infra-estrutura econômica regional; e estimula ações empresariais de capacitação dos recursos humanos voltadas para adoção de novas técnicas de produção e de gestão empresarial. Já o PROENERG tem como objetivo garantir a auto-suficiência na geração de energia elétrica das empresas, através do uso de geradores próprios ou adoção de fontes alternativas de geração de energia, bem como estimular ações para redução do consumo de energia elétrica, através do uso eficiente ou adoção de medidas poupadoras de energia.

Em síntese, o efeito do crédito de fomento tem contribuído decisivamente para a diversificação das atividades produtivas da Região Norte, gerando maior oferta de produtos, internalizando renda, criando empregos e postos de ocupação de mão-de-obra familiar, favorecendo a fixação do homem no campo, reduzindo desigualdades sociais, mitigando disparidades regionais e integrando a economia regional às economias nacional e internacional. De um modo geral, o Banco da Amazônia, através dos recursos do FNO, vem promovendo o desenvolvimento socioeconômico da Região e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

- Como Banco Operador de Recursos do BNDES

Operando com fonte de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contratou 169 operações no ano de 2002, no valor de R\$ 28,6 milhões. Esses recursos foram alocados, principalmente, nos Estados do Maranhão e Mato Grosso, Unidades da Federação não atendidas pelo FNO. Foram contemplados projetos de atividades produtivas da Amazônia Legal, nos setores rural, industrial e de serviços, com ênfase para os empreendimentos nas áreas de turismo, saúde e educação.

## **5 – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

A Caixa Econômica Federal foi constituída pelo Decreto-lei n.º 759, de 12/08/1969, como instituição financeira sob a forma de empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas legais, decisões e disciplinas normativas emanadas do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A Empresa tem como objetivo principal atuar em atividades de banco comercial e de fomento, nas áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana, e em atividades de prestação de serviços de natureza social, delegadas pelo Governo Federal, ou seja, age como um *longa manus* do poder público. Para tanto operacionaliza diversos programas de governo, os quais serão tratados em tópico próprio deste documento.

### **MISSÃO ANUNCIADA**

Promover a melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade intermediando recursos e negócios financeiros de qualquer natureza, atuando, prioritariamente, no fomento ao desenvolvimento urbano e nos segmentos de habitação, saneamento e infra-estrutura, e na administração de fundos, programas e serviços de caráter social, tendo como valores fundamentais:

- Direcionamento de ações para o atendimento das expectativas da sociedade e dos clientes;
- Busca permanente de excelência na qualidade de serviços;
- Equilíbrio financeiro em todos os negócios;
- Conduta ética pautada exclusivamente nos valores da sociedade;
- Respeito e valorização do ser humano.

#### Inserção da Caixa no Plano Plurianual 2000/2003

O Plano Plurianual representa um importante instrumento de planejamento onde toda ação finalística do Governo Federal deve ser estruturada em programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

Entende-se por ação finalística aquela que proporciona bem ou serviço para atendimento direto a demandas da sociedade.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 165, define que a " lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração públicas federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada."

Assim, a atuação governamental se dá na forma de programas, traduzidos por objetivos, projetos, atividades e demais ações de Governo destinadas a dar solução a um problema ou atender a uma demanda da sociedade. Tais programas devem estimular a geração de receita própria e a alavancagem de outros recursos, além dos orçamentários, visando ampliar a base de financiamento da ação governamental.

Nesse contexto, as opções estratégicas, os macro-objetivos e as diretrizes do Governo apontam para o que dever ser feito e, por decorrência, para o que não se deve fazer. As opções estratégicas mostram as grandes direções da mudança. Os macro-objetivos definem os alvos setoriais e as diretrizes que devem ser observadas na elaboração das orientações estratégicas dos ministérios. Assim fortalecem-se as ações prioritárias e eliminam-se as desnecessárias ou de menor relevância.

Destarte, a CAIXA tem um importante papel na consolidação dos programas de desenvolvimento do Governo Federal em ações de fomento nas áreas de consolidação da estabilidade econômica com crescimento sustentado e combate à pobreza e promoção da inclusão social e encontra-se contemplada no PPA 2000/2003, nas seguintes opções estratégicas:

#### Opção Estratégica 1: Consolidar a Estabilidade Econômica com Crescimento Sustentado.

a) Macro-Objetivo 2: sanear as finanças públicas, estabilizando o montante da dívida medida como percentual do PIB. As ações integradas para este fim envolvem a redução dos desequilíbrios estruturais entre fluxos de receita e despesa não financeira, a aceleração da desestatização e da concessão e a modernização das atividades de arrecadação, fiscalização e controle, associadas a um quadro de redução da taxa de juros e de retomada do crescimento sustentado.

#### Diretrizes:

- melhorar a qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento, Orçamento, Finanças e Controle.
- Reduzir os déficits orçamentários do setor público nas três esferas de governo.
- Aperfeiçoar o Sistema Previdenciário e reduzir o seu déficit nas três esferas de Governo.

#### Programas Relacionados:

- Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Municípios Brasileiros - PNAFM.

Opção Estratégica 2: Promover o Desenvolvimento Sustentável Voltado para a Geração de Empregos e Oportunidades de Renda.

b) Macro-Objetivo 3: elevar o nível educacional da população e ampliar a capacitação profissional como instrumentos de redução das desigualdades sociais e o aumento da competitividade da economia nacional.

Diretrizes:

- Concentrar os investimentos da educação para a melhoria da qualidade do ensino.
- Melhorar a qualificação do magistério no ensino fundamental e médio.
- Garantir a expansão do ensino médio.
- Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes adequados às exigências locais e regionais do mercado de trabalho estabelecendo parcerias entre os sistemas estaduais, municipais, federal e da iniciativa privada.
- Melhorar a qualidade do ensino universitário em sintonia com demanda de profissionais.

Programas Relacionados:

- Fundo de Financiamento ao Estudo do Ensino Superior - FIES.

c) Macro-Objetivo 10: ampliar o acesso do trabalhador aos postos de trabalho e melhorar a qualidade do emprego.

Diretrizes:

- Articular e adequar as ações de qualificação, requalificação, concessão de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra e microcrédito às exigências locais e regionais do mercado de trabalho, mediante a parceria com empregadores, trabalhadores e sindicatos.
- Criar mecanismos que favoreçam a negociação nas relações de trabalho com vistas à ampliação das contratações no mercado de trabalho.
- Ampliar as ações voltadas para melhoria das condições de saúde e segurança do trabalhador no ambiente de trabalho.
- Programas Relacionados:
- Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER

Opção Estratégica 3: Combater a Pobreza e Promover a Inclusão Social.

d) Macro-objetivo 20: promover o desenvolvimento integrado do campo, integrando ações de reestruturação fundiária, promoção da agricultura familiar, assistência técnica, infra-estrutura física e acesso aos serviços sociais básicos, para proporcionar condições de competição no mercado e melhorar a qualidade de vida do campo.

Diretrizes:

- Viabilizar o agronegócio familiar mediante o desenvolvimento local integrado.
- Dar continuidade à reforma agrária com o desenvolvimento de novos modelos de reestruturação fundiária.
- Promover a emancipação dos assentamentos rurais.
- Apoiar a pequena agroindústria com treinamento, qualificação e incentivo à sua inserção na cadeia produtiva, para ampliar a competitividade da agricultura familiar no agronegócio.

Programas Relacionados:

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.
- Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - PRODESA.
- Programa de Infra-estrutura e Serviços em Assentamentos Rurais - INCRA.

d) Macro-Objetivo 21: melhorar a qualidade de vida nas aglomerações urbanas e regiões metropolitanas, por meio de ações conjugadas dos três níveis de governo, a participação da sociedade e a gestão integrada nas áreas de transporte e trânsito, saneamento ambiental, habitação e violência urbana.

Diretrizes:

- Fortalecer a articulação entre a União, estados e municípios na gestão do desenvolvimento urbano, em especial nas áreas metropolitanas.

- Condicionar o aporte de recursos federais para investimentos em infra-estrutura urbana ao atendimento à população de baixa renda e a padrões adequados de desempenho gerencial.
- Incentivar o desenvolvimento de novos mecanismos de suporte financeiro ao desenvolvimento urbano, em parceria com o setor privado, e aperfeiçoar os instrumentos fiscais e financeiros nos três níveis de governo.

Programas Relacionados:

- Projeto de Fomento ao Desporto - INDESP.
- Programa de Infra-estrutura Urbana - PRÓ-INFRA.

e) Macro-Objetivo 22: ampliar a oferta de habitações e estimular a melhoria das moradias existentes por meio da conjugação de recursos das três esferas do setor público e ampliação do financiamento pelo setor privado. É crucial avançar na melhoria da qualidade, aumento da produtividade e capacidade de inovação da construção civil.

Diretrizes:

- Direcionar os recursos geridos pelo poder público, priorizando os recursos fiscais para famílias de baixa renda, visando o atendimento da população com renda até três salários mínimos.
- Incentivar a redução dos custos e a melhoria da qualidade da moradia.
- Estimular formas de financiamento que permitam a retomada do investimento privado no setor habitacional.
- Programas Relacionados:
- Programa de Atendimento Habitacional Através do Poder Público - PRÓ - MORADIA.
- Programa Habitar-Brasil.
- Programa de Arrendamento Residencial - PAR.
- Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH

f) Macro-Objetivo 23: ampliar os serviços de saneamento básico e de saneamento ambiental das cidades, entendidos como o atendimento à obediência a padrões de qualidade compatíveis com a manutenção da saúde pública, a preservação do meio ambiente e os direitos dos consumidores.

Diretrizes:

- Apoiar estados e municípios na instituição de estruturas de regulação e fiscalização, incluindo agências reguladoras.
- Apoiar as iniciativas de estados e municípios na concessão ou parceria com o setor privado, condicionando o financiamento ao aumento da cobertura e à melhoria da qualidade dos serviços.
- Ampliar os financiamentos para abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos urbanos, direcionando os recursos fiscais para o atendimento às populações de baixa renda.
- Fortalecer o controle ambiental nas grandes cidades.

Programas Relacionados:

- Programa de Saneamento - PRÓ-SANEAMENTO.
- Programa de Assistência Técnica à Parceria Público-Privada em Saneamento - PROPAR.
- Programa de Ação Social em Saneamento - PASS.

## **PROGRAMAS DE GOVERNO AFETOS À CAIXA**

### **Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Municípios Brasileiros - PNAFM**

#### **Questão Política**

Saneamento das finanças públicas.

### **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**



**Questão Política**

Promover o desenvolvimento integrado do campo.

**Projetos de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - PRODESA**

**Questão Política**

Promover o desenvolvimento integrado do campo.

**Programa de Infra-estrutura e Serviços em Assentamentos Rurais - INCRA**

**Questão Política**

Promover o desenvolvimento integrado do campo.

**Projeto De Fomento Ao Desporto - INDESP**

**Questão Política**

Melhorar a qualidade de vida nas aglomerações urbanas e regiões metropolitanas.

**Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA**

**Questão Política**

Ampliar a oferta de habitações e estimular a melhoria das moradias existentes.

**Programa de Saneamento - PRÓ-SANEAMENTO**

**Questão Política**

Combater a pobreza e promover a inclusão social.

**Programa de Assistência Técnica à Parceria Público-Privada em Saneamento - PROPAR**

**Questão Política**

Combater a pobreza e promover a inclusão social.

**Programa de Infra-Estrutura Urbana - PRÓ-INFRA**

**Questão Política**

Melhorar a qualidade de vida nas aglomerações urbanas e regiões metropolitanas.

**Programa HABITAR-BRASIL**

**Questão Política**

Ampliar a oferta de habitações e estimular a melhoria das moradias existentes.

**Programa de Ação Social em Saneamento – PASS**

**Questão Política**

Combater a pobreza e promover a inclusão social.

**Programa de Arrendamento Residencial - PAR**

**Questão Política**

Ampliar a oferta de habitações e estimular a melhoria das moradias existentes.

**Fundo de Financiamento ao Estudo do Ensino Superior - FIES**

**Questão Política**

Elevar o nível educacional da população e ampliar a capacitação profissional.

## **Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER**

### **Questão Política**

Ampliação do acesso aos postos de trabalho e melhoria da qualidade do emprego.

## **Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH**

### **Questão Política**

Atendimento aos seguimentos populacionais com dificuldade de acesso ao crédito habitacional convencional, com atendimento prioritário das famílias com renda de até R\$ 580.

## **FUNDOS OPERACIONALIZADOS PELA CAIXA**

- a) Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - **FAS**
- b) Fundo de Desenvolvimento Social - **FDS**
- c) Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação – **SH/SFH**
- d) Fundo para Pagamento de Prestação por Perda de Renda por Desemprego Involuntário Temporário - **FIEL**
- e) Programa de Crédito Educativo - **PCE**
- f) Fundo de Arrendamento Residencial - **FAR**
- g) Fundo de Compensação de Variações Salariais - **FCVS**
- h) Programa de Integração Social - **PIS**

**OPERAÇÕES COM RECURSOS DO ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL / EXERCÍCIO – 2002**

OPERAÇÕES	QTDE	VALOR (R\$ 1.000)	POPULAÇÃO BENEFICIADA	EMPREGOS GERADOS
<b>I – EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS</b>	<b>30.251</b>	<b>695.592</b>	<b>79.776</b>	<b>42.658</b>
1.Programa Arrendamento Residencial - PAR	30.251	695.592	79.776	42.658
2.Repasses OGU:				
<b>EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO</b>	<b>416</b>	<b>73.511</b>	<b>273.533</b>	<b>5.867</b>
Programa Nacional de Infra-Estrutura	416	73.511	273.533	5.867
<b>MINISTÉRIO DO DES. AGRÁRIO</b>	<b>1.444</b>	<b>188.622</b>	<b>229.397</b>	<b>4.921</b>
Reforma Agrária	0	0	0	0
Pronaf	1.444	188.622	229.397	4.921
<b>MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO</b>	<b>1.486</b>	<b>186.234</b>	<b>550.564</b>	<b>11.809</b>
Desporto	0	0	0	0
Municipalização do Turismo	139	24.716	44.123	946
Esporte Direito de Todos	27	5.552	22.812	489
Esporte Solidário	1.271	141.520	444.227	9.529
Industria do Novo Milênio	0	0	0	0
Brasil Potência Esportiva	49	14.446	39.402	845
Turismo no Sul	0	0	0	0
Turismo no Sudeste	0	0	0	0
<b>SECRETARIA ESPECIAL DE DES. URBANO</b>	<b>2.939</b>	<b>639.806</b>	<b>1.307.797</b>	<b>36.541</b>
Gestão Urbana	14	1.490	2.944	63
Morar Melhor/Habitar	555	81.154	27.835	3.801
Morar Melhor/Habitar Bid	54	110.308	42.876	5.855
Morar Melhor/Pass	4	465	2.204	47
Morar Melhor/Pass Bid	0	0	0	0
Pat-Prosaneer	4	3.785	23.687	858
Pró-Infra	2.307	442.354	1.207.029	25.891
Programa Nacional de Municipalização do Turismo	1	250	1.222	26
<b>MINISTÉRIO DA AGRICULT. PECUÁRIA E ABASTECIMENTO</b>	<b>1.397</b>	<b>127.643</b>	<b>335.160</b>	<b>7.189</b>
Prodesa	1.397	127.643	335.160	7.189
<b>MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE</b>	<b>31</b>	<b>21.701</b>	<b>30.975</b>	<b>665</b>
Gestão de Recursos Hídricos	10	13.459	876	19
Brasil Joga Limpo	21	8.242	30.099	646
<b>MINISTÉRIO DA CULTURA</b>	<b>13</b>	<b>62.702</b>	<b>348.707</b>	<b>7.476</b>
Monumenta Bid	13	62.702	348.707	7.476
3.Programa de Crédito Educativo - PCE	11.003	23.753		
4.Financiamento Estudantil - FIES				
Aditamentos	226.882	452.675		
Novos Contratos (¹)	65.808	112.365		
<b>II - SERVIÇOS</b>				
1.PIS (²)2001/2002				
Rendimentos Pagos	14.675.846	436.945		
Quotas Pagas	410.143	283.144		
Abonos Pagos	4.608.135	788.499		
1.PIS (²)2002/2003 até 12/2002				
Rendimentos Pagos	13.828.250	433.332		
Quotas Pagas	1.429.958	252.040		
Abonos Pagos	4.861.491	925.490		
2.Seguro Desemprego Pago	20.131.252	5.548.124		
3. Previdência Social - Benefícios Pagos	27.891.566	9.873.888		
4. Bolsa Escola - Benefícios Pagos	96.628.549	1.449.428	5.106.509 *	
5. Bolsa Alimentação - Benefícios Pagos	6.247.918	98.718	967.133 *	
Bolsa Renda (³)	2.874.917	86.247	1.665.759 *	
Auxílio Gás (³)	65.991.293	494.934	8.846.696 *	
Peti (³)	40.957	1.725	68.892 **	
Agente Jovem (³)	5.238	340	7.258 **	
Auxílio Aluno - PROFAE	680.403	20.412	95.345 **	

(¹) A quantidade de novos contratos se referem àqueles efetuados em 2002. Este valor está contido no total de aditamentos relacionados na informação anterior. Posição do ano de 2002.

(²) O exercício de pagamento do PIS, por Lei, inicia-se em 01 de julho e finaliza-se em 30 de junho do ano seguinte. Os dados registrados acima referem-se ao exercício 2001/2002 e 2002/2003 - julho a dezembro 2002.

(³) Pagamentos incluídos pela similaridade de serviço com o Bolsa Escola e Bolsa Alimentação.

\* Os dados apresentados representam os números de famílias cadastradas/beneficiadas pelos programas

\*\* Os números apresentados representam o números de beneficiários que tem direito ao benefício